



**RESUMO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA Nº 05/2024**

I – FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS JOÃO AVELINO MARIA E PAULINO GERALDO DA ROSA, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº09032023 E CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

II – REPARTIÇÃO INTERESSADA E SETOR:

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SOSUR

III – NÚMERO DE ORDEM:

2707,2709,2713,2719,/2024

IV – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:

40597/2023

**V – CRITÉRIO DE
JULGAMENTO:**

Menor Preço

- () Por Item
(x) Por Lote
() Global
() Homem/Hora

VI – MODO DE DISPUTA:

- () Aberto
() Fechado
(x) Aberto e Fechado
() Fechado e Aberto

VII – ANEXOS DO EDITAL:

Anexo 1 – Termo de Referência;
Anexo 2 – Declaração de Informações;
Anexo 3 – Modelo de Proposta;
Anexo 4 – Modelo de Declaração de Inexistência de Parentesco;
Anexo 5 – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo;
Anexo 6 – Modelo Declaração Cumprimento do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
Anexo 7 – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo 8 – Especificações Técnicas;
Anexo 9 – Projeto Executivo;
Anexo 10 – Planilha Orçamentária;
Anexo 11 – Cronograma Físico-Financeiro;
Anexo 12 – Lei Municipal Nº 8.428, de 06/09/2010;
Anexo 13 – Minuta do Contrato.

VIII – REGIME DE EXECUÇÃO

Execução Indireta

IX – PRAZO VIGÊNCIA DO CONTRATO

4(quatro) meses

X – LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA LICITAÇÃO

Endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

Data: 17 de junho de 2024

Horário: 09h00min

XI – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Gestora	Fonte Recurso	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos – SOSUR	0500 – Recursos não Vinculados de Impostos	07.01.15.451.0004.1010 – Abertura e Pavimentação de Vias e Acessos	4.4.90.51.91.00.00.00– Obras em andamento





EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA NA FORMA ELETRÔNICA N.º 05/2024

O MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS, CNPJ n.º 87.297.982/0001-03, com sede em Lajeado/RS, situada à rua Cel. Júlio May, 242, CEP 95900-178, torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, critério de julgamento menor preço (modo aberto e fechado), objetivando a contratação de empresa para EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO, conforme processo n.º **40.597/2023**, regido pelas Leis Federais nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 13.286/21, Portaria n.º 32.217/2024 e condições estabelecidas no presente edital.

1 – DO OBJETO

1.1 – Constitui-se objeto do presente certame a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS JOÃO AVELINO MARIA E PAULINO GERALDO DA ROSA, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº09032023 E CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, nos termos definidos pelo Termo de Referência (Anexo 1) e condições a seguir:

Item	Especificação	Quant	Unid	Valor de Referência (R\$)
1	CAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA AVELINO MARIA COM ÁREA TOTAL DE 1.790,00 M²	1	SERVIÇOS	268.209,71
2	CAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA PAULINO GERALDO DA ROSA COM ÁREA TOTAL DE 1.142.00,00 M²	1	SERVIÇOS	132.423,86
VALOR TOTAL				400.633,57

Obs.: Propostas superiores ao valor máximo admitido pelo Município de Lajeado/RS na planilha orçamentária serão desclassificadas.

1.2 – O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 – Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo 1), Especificações Técnicas (Anexo 8), Projeto Executivo (Anexo 9), Planilha Orçamentária (Anexo 10) e Cronograma Físico-Financeiro (Anexo 11).



1.4 - É recomendada a visita técnica ao local de execução do objeto para conhecer as condições específicas do local e da obra pretendida, para formulação da proposta.

2 – DA PARTICIPAÇÃO

2.1 – Poderá participar desta Concorrência, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus anexos, e estiver devidamente credenciada, através do site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, para acesso ao sistema eletrônico.

2.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à concorrência.

2.4 – O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Lajeado - RS, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 – Como requisito para participação na concorrência, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.5.1 – Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade do licitante, bem assim, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão sua.

2.6 – Não poderão participar desta licitação os interessados:

2.6.1 – Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.6.2 – Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.3 – Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4 – Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21;

2.6.5 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.7 – Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará:

2.7.1 – Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

2.7.2 – Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

2.7.3 – Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;



2.7.4 – Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1 – As Propostas de Preços deverão ser apresentadas por item, conforme objeto deste edital, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”, no **período estipulado no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.**

3.1.1 – O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas inseridas.

3.2 – Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.3 – O envio da proposta ocorrerá por meio do uso de chave de acesso e senha.

3.4 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

3.6 – Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.7 – As propostas cadastradas no sistema somente serão disponibilizadas para avaliação do Agente de Contratação após a abertura do certame.

4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 – O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 – Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

4.1.2 – Marca de cada item ofertado, quando for o caso;

4.1.3 – Fabricante de cada item ofertado, quando for o caso;

4.1.4 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

4.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.





4.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 DIAS, a contar da data de sua apresentação.

4.6 – Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5 – DA ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – O início da sessão pública se dará pelo Agente de Contratação, via sistema eletrônico, na data e horário previstos neste Edital e realizar-se-á de acordo com a Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 13.286/23, com a divulgação da melhor proposta de preços recebida, que deverá estar em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

5.2 – O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

5.2.1 – Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

5.4 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

5.5 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 – O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

5.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 – O licitante somente poderá oferecer lance com valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 – Será adotado para o envio de lances na Concorrência o modo de disputa **“ABERTO E FECHADO”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.





5.10 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 – Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento.

5.14 – Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

5.15 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.16 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17 – No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

5.21 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10 % (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 – A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.





5.23 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10 % (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 – Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

5.26 – A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.27 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

5.27.1 – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.27.2 – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

5.27.3 – Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.27.4 – Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.28 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.28.1 – Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.28.2 – Empresas brasileiras;

5.28.3 – Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.28.4 – Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.29 – Encerrada a etapa de abertura de propostas e oferta de lances, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, dando início a uma negociação de preços com o licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.29.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





5.30 – Encerrada a negociação, o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie por meio do sistema eletrônico, a proposta adequada ao último preço ajustado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.31 – Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 – Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.2 – Após análise e aceitação da proposta, o Agente de Contratação anunciará o licitante provisoriamente vencedor, imediatamente após o encerramento da negociação e decisão acerca da aceitação do valor, sendo desclassificada aquela que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3 – Na hipótese de a proposta não ser aceita, ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, segundo o critério de menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

6.3.1 – Ocorrendo a hipótese anterior, o Agente de Contratação poderá ainda negociar com o licitante, no sentido de se obter preço melhor.

6.4 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 – O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 – É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6.2 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, Notas Fiscais, Contratos, que serão encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.





6.7 – Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7 – DA HABILITAÇÃO

7.1 – O não cumprimento das condições habilitatórias implicará a inabilitação do licitante sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.2 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

7.2.1 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

7.2.2 – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.2.3 – Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

7.2.4 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.4.1 – Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.2.4.2 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.4.3 – O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.2.5 – Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2.6 – No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.3 – Os documentos exigidos para habilitação deverão ser encaminhados juntamente com a proposta readequada, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, em até 24 (vinte e quatro) horas após a convocação feita pelo Agente de Contratação ao Licitante provisoriamente vencedor.



7.3.1 – Junto à documentação, deverá ser anexada também os dados da empresa, nome do responsável, telefone para contato, e-mail e conta bancária para depósito, conforme Anexo 2.

7.4 – A Habilitação das empresas para participarem da presente licitação será determinada pela apresentação dos seguintes documentos:

7.4.1 – Habilitação Jurídica:

a) Registro de empresário individual ou microempreendedor individual, ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, e; decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) O licitante que, durante a fase de apresentação de proposta e/ou fase de lances, usufruiu dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 (ME/EPP) deverá, ainda, apresentar **Certidão da Junta Comercial de Enquadramento de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte**, ou **declaração firmada por contador ou técnico em contabilidade indicando o seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC** de que a licitante ostenta esta condição, devendo ambas serem firmadas no corrente ano.

7.4.2 – Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município;

d) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Municipal, da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica. Caso esta negativa não contenha validade, não deverá ter data de emissão superior a 90 dias;

e) Certidão que prove a regularidade com a Fazenda Estadual da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante da pessoa jurídica;

f) Prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e Contribuições Sociais e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, conforme Lei n.º 12440/11;

h) Declaração de que a empresa não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e de que comunicará a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para a sua participação no presente processo licitatório;

i) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de que o respectivo quadro de pessoal cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, conforme determina a Lei Federal nº 9.854/99, sendo realizada conforme preconiza o modelo constante no decreto 4.358/2002;

j) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, onde conste a inexistência



de parentesco;

l) Atestado de Visita Técnica ou Declaração de que a licitante através do RESPONSÁVEL TÉCNICO, vistoriou o local onde serão executados os serviços objetos desta licitação, ficando assim ciente das características, condições especiais dificuldade que porventura possam existir na execução dos trabalhos, admitindo o prévio e total conhecimento da situação e das informações necessárias à execução do mesmo.

7.4.3 – Qualificação Técnica:

a) Prova de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS), da empresa licitante e de seu responsável técnico;

a.1) Caso a empresa vencedora não seja sediada no Estado do Rio Grande do Sul, deverá apresentar para a assinatura do contrato, o visto da empresa e do profissional no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul (CREA/RS) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS).

b) **Atestado(s) de capacidade técnico-profissional**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que comprove a realização anterior na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, devendo estar acompanhado da CAT (Certidão de Acervo Técnico), que comprove a execução pelo(s) profissional(i)s técnico(s) de serviço(s) relativo(s) a:

a) Execução de Terraplanagem e Pavimentação;

b) Execução de Sinalização horizontal e vertical, e

c) Obras de acessibilidade.

d) Execução de Pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. com em quantidade igual ou superior a 96,09 m³ ou 230.62 ton;

e) A comprovação de vínculo do(s) profissional(i)s técnico(s) indicado(s) para cumprimento do item “b)” ocorrerá mediante a apresentação:

e.1) da Carteira de Trabalho demonstrando o vínculo empregatício entre o proponente (licitante) e o responsável técnico; ou

e.2) do contrato social, de ato constitutivo ou estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário; ou

e.3) no caso de relação contratual, cópia autenticada do contrato entre a licitante e o profissional, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional.

e.4) ou ainda, promessa escrita e assinada pelo(s) profissional(is) de que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do objeto, caso a licitante se consagre vencedora. Neste caso, deverá ser comprovado vínculo profissional com a empresa licitante para a assinatura do contrato, através dos meios descritos anteriormente.

f) Declaração de que a empresa proponente possui PPP (Perfil Profissiográfico



Previdenciário), PCMSO – PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, e PGR – PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (que substitui o PPRA e engloba o PPP-Perfil Profissiográfico Previdenciário).

7.4.4 – Qualificação Econômico-financeira:

a) Prova de qualificação econômico-financeira da licitante, se dará através de demonstrações contábeis do último exercício, devendo o licitante apresentar, já calculados, os seguintes índices, sob pena de desclassificação, mediante a aplicação das fórmulas abaixo:

Índice de Liquidez Corrente - (LC)
Índice de Liquidez geral - (LG)
Solvência Geral - (SG)

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE (LC):} \quad \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{Índice mínimo: 1,00}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL (LG):} \quad \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{PNC}} = \text{Índice mínimo: 1,00}$$

$$\text{SOLVÊNCIA GERAL (SG):} \quad \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}} = \text{Índice mínimo: 1,00}$$

AD - Ativo das Disponibilidades;
LC - Avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo;
LG - Mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas a curto e longo prazo;
SG - Expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência;
AC - Ativo Circulante;
PC - Passivo Circulante;
PL - Patrimônio Líquido;
PNC - Passivo não circulante;
ARLP - Ativo realizável a longo prazo;
RLP - Realizável a Longo Prazo;
AT - Ativo Total;
ANC - Ativo não Circulante.

Os índices de liquidez medem a capacidade que a licitante tem em saldar seus compromissos a curto e longo prazo. O índice de endividamento geral serve para determinar o percentual de capital próprio e de terceiros que formam o balanço.

Obs.: É indispensável a apresentação do cálculo dos índices acima identificados, sob pena de inabilitação.

a.1) Para fins de comprovação dos indicadores apresentados, conforme subitem “a” e cálculo dos mesmos, deverá ser acompanhado do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, devendo os mesmos estar registrados na Junta Comercial, inclusive os Termos de Abertura e Encerramento, assinados por Contador habilitado e com registro no CRC, indicando expressamente o número do livro e as folhas em que se encontra regularmente transcrito. A Administração Pública Municipal reserva-se o direito de solicitar os originais de todos os documentos



contábeis necessários para conferir os dados acima mencionados.

a.2) Serão considerados aceitos como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

- * por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede do licitante ou,
- * por cópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede do licitante ou em outro órgão equivalente.

a.3) Para a licitante que utiliza a escrituração contábil digital, poderá ser apresentada cópia do Balanço Patrimonial do último exercício social exigido, acompanhada dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED), recibo de entrega digital na Receita Federal e termo de autenticação da Junta Comercial.

7.5 – Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.6 – Os documentos deverão ser apresentados em uma única via, digitados, não apresentando emendas, rasuras, entrelinhas ou serem ilegíveis.

7.7 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.7.1 – Certidões da Internet terão sua autenticidade confirmada nos respectivos sites.

7.8 – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.9 – Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10 – Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

7.11 – A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.12 – Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.13 – Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.





7.14 – Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.15 – Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 – A **proposta final** do licitante declarado vencedor deverá ser formulada conforme Anexo 3 e, **encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico, e deverá:

8.1.1 – Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2 – Estar acompanhada da **Planilha Orçamentária**, nos moldes no Anexo 10, assinada pelo responsável técnico da empresa, em todos os seus itens, com especificação do material e mão de obra separadamente, se for o caso, inclusive preços unitários e totais, em reais, com apenas duas casas após a vírgula, considerando inclusos todos os impostos, fretes, encargos sociais e demais despesas decorrentes para a realização da obra; do **Detalhamento do índice global de BDI e Encargos Sociais adotados** e do **Cronograma Físico-Financeiro**.

8.1.3 – O prazo de validade da proposta é de no máximo 60 (sessenta) dias.

8.1.4 – Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2 – A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.3 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

8.4 – Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.4.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.5 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.6 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9 – DOS RECURSOS

9.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer,





preferencialmente indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2 – Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência da intenção de recorrer.

9.2.1 – Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.1.1 – No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o Agente de Contratação avaliará tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse recursal e, se houver, motivação.

9.2.2 – A falta de manifestação de intenção de recurso por parte de algum licitante, importará a decadência desse direito.

9.3 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3.1 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

9.3.2 – O encaminhamento de memorial e eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

9.4 – Qualquer recurso e impugnação contra decisão do Agente de Contratação, não terá efeito suspensivo.

9.5 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 – A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1 – Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2 – Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores à abertura das propostas.

11 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 – O objeto da licitação será **adjudicado** ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade Superior.

11.2 – Autoridade Competente **homologará** o procedimento licitatório.

12 – OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA





12.1 – Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de até **5 dias úteis**, contados a partir da sua convocação, a qual se dará via e-mail, para assinatura do Contrato.

12.1.1 – O prazo previsto para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado formalmente pela Adjudicatária e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

12.1.2 – A assinatura do Contrato poderá se dar por meio de certificado digital, conforme instruções contidas no e-mail de convocação, arcando a signatária com os custos inerentes a sua certificação.

12.2 – Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á, se a Adjudicatária mantém as condições de habilitação.

12.3 – Na hipótese de irregularidade, a Adjudicatária deverá regularizar a situação no prazo de até 05 dias, sob pena de aplicação de sanção.

12.4 – O não comparecimento no prazo da convocação, a não assinatura do Contrato, ainda que de forma parcial, acarretará a imediata perda do direito de contratar, sem prejuízo das sanções previstas em lei, salvo em face de motivo de força maior, devidamente justificado, comprovado e aceito pela Administração.

12.5 – Quando a Adjudicatária convocada não assinar do Contrato e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nas condições propostas pelo licitante vencedor, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, conforme estabelece o § 2º do art. 90 da Lei 14.133/21.

12.6 – Somente será admitida a assinatura do contrato ao licitante que comprovar a prestação da garantia, sendo esta por caução ou outra forma admitida em lei, no valor de 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor total do contrato e cópia do PCMSO e PGR/PPRA.

13 – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

13.1 – As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Contrato (Anexo 13).

14 – DAS SANÇÕES

14.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que:

14.1.1 – deixar de entregar documentação exigida para o certame;

14.1.1.1 – pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **6 (seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.2 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.2.1 – pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **6 (seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.3 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



14.1.3.1 – pena: **impedimento de licitar e contratar** com o Município de Lajeado pelo período de **12 (doze) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.4 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a concorrência;

14.1.4.1 – pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.5 – fraudar a concorrência ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

14.1.5.1 – pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.6 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.6.1 – pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.7 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

14.1.7.1 – pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **48 (quarenta e oito) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.1.8 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

14.1.8.1 – pena: **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de **60 (sessenta) meses**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.2 – Além das penalidades previstas acima, os licitantes ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 – **Multa de 10%** sobre o valor anual estimado da contratação, por qualquer das infrações dos subitens **14.1.1 a 14.1.8**;

14.2.2 – demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021, no que couber.

14.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 – as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 – os danos que dela provierem para a Administração Pública;



14.3.5 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 – Caso o licitante não pague a multa aplicada e as indenizações cabíveis no prazo previsto, o valor será descontado da garantia prestada, se houver, dos créditos que tem a receber ou cobrado judicialmente.

14.5 – A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7 – Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8 – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.9 – O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n. 14.133, de 2021.

14.11 – As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Anexo 13.

15 – DO LOCAL E HORÁRIO PARA INFORMAÇÕES

15.1 – O edital poderá ser obtido pelo site www.lajeado.rs.gov.br e junto a Coordenadoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Lajeado, das 08h00min às 11h30min e 13h30min e 16h30min de segunda à quinta- feira, e das 08h00min às 13h30min na sexta – feira, telefone (51)3982-1045, fax (51)3982-1046, e-mail: procuradoria.licitacao@lajeado.rs.gov.br.

16 – DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS AOS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

16.1 – Qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos sobre os termos deste edital, por meio eletrônico, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.2 – Eventuais impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital deverão ser enviadas, exclusivamente, por meio eletrônico, através do portal www.portaldecompraspublicas.com.br, na forma prevista neste edital, no art. 23 do Decreto Municipal nº 13.286/23.

16.2.1 – As impugnações e recursos não serão aceitos de outras formas (e-mail, correio ou via protocolo).



17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor farão parte integrante do contrato ou instrumento equivalente, independentemente de transcrição.

17.2 – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.3 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Agente de Contratação em sentido contrário.

17.4 – A Administração Municipal poderá optar por apenas uma proposta, rejeitá-las todas, anular ou revogar a Licitação, nos casos previstos em Lei, sem que, por este motivo, tenham os participantes direito a qualquer reclamação ou indenização.

17.5 – É facultado ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer a/ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

17.6 – A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições desta Concorrência, sujeitando-se o licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei n.º 14.133/21.

17.7 – Os casos omissos ao presente edital serão dirimidos pela Procuradoria Geral do Município.

17.8 – Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

17.9 – Para agilização dos trabalhos e formalização do contrato, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação a declaração de informações (Anexo 2).

17.10 – A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei nº 14.133/21, sobre o valor inicial contratado.

17.11 – A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho devidamente fundamentado.

17.12 – Fica eleito o Foro da Comarca de Lajeado/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

17.13 – São partes indissociáveis deste Instrumento os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência;

Anexo 2 – Declaração de Informações;

Anexo 3 – Modelo de Proposta;

Anexo 4 – Modelo de Declaração de Inexistência de Parentesco;

Anexo 5 – Modelo de Declaração de Inexistência de fato impeditivo;



Anexo 6 – – Modelo Declaração Cumprimento do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
Anexo 7 – Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
Anexo 8 – Especificações Técnicas;
Anexo 9 – Projeto Executivo;
Anexo 10 – Planilha Orçamentária;
Anexo 11 – Cronograma Físico-Financeiro;
Anexo 12 – Lei Municipal Nº 8.428, de 06/09/2010;
Anexo 13 – Minuta do Contrato.

Lajeado, 27 de maio de 2024.

Este documento foi assinado digitalmente por NATANAEL ZANATTA e MARCELO CAUMO.



ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO:

Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes básicas, que deverão ser seguidas, na execução dos serviços de Engenharia de Infraestrutura Urbana para execução das obras, por regime de Empreitada Global, nas **Ruas João Avelino Maria e Paulino Geraldo da Rosa.**

2 LOCALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES DA OBRA:

RUA JOÃO AVELINO MARIA – BAIRRO CONSERVAS:

Trecho: entre a entre a Avenida Beira Rio até o asfalto existente Extensão: 330,00 m

Área total: **1.790,00 m²**

RUA PAULINO GERALDO DA ROSA – BAIRRO CONSERVAS:

Trecho: entre a entre a Rua João Avelino Maria e passando a Rua Oraides da Rocha Extensão: 184,00 m

Área total: **1.142,00 m²**

3 PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL:

3.1 Prazo de execução:

Os serviços contratados deverão ser iniciados após a emissão de ordem de serviço pela Prefeitura Municipal.

Os serviços contratados deverão ser concluídos em até 02 (dois) meses ou 60 (sessenta) dias conforme Cronograma Físico/Financeiro, sendo que o pagamento se dará conforme o Cronograma físico-financeiro ou aferições de medições.

3.2 Prazo contratual:

O prazo contratual será de 04 (quatro) meses a contar da emissão da ordem de início da obra.

4 CRONOGRAMA:

A **CONTRATADA** deverá planejar suas atividades de acordo com o Cronograma de Projeto, levando em conta a produtividade de seus equipamentos e de sua mão-de-obra, observando, contudo, o prazo estipulado anteriormente. Este planejamento deverá considerar a estratégia de ataque para o cumprimento dos prazos, levando em consideração a possibilidade de ocorrência de chuvas, o “lead time” dos fornecedores, dentre outros fatores intervenientes e suas particularidades.

Como resultado deste planejamento a **CONTRATADA** deverá fornecer cronograma FÍSICO-FINANCEIRO, seguindo as descrições dos serviços da planilha orçamentária para ser aprovado pela fiscalização em até 10 dias corridos do recebimento da ordem de Serviço.

5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – OPERACIONAL:

5.1 Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA que comprove atividade relacionada com o objeto;

5.2 Apresentar para cada parcela de serviços relevantes, atestado(s) técnico(s), que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

- Execução de obras de Infraestrutura Urbana onde contemple serviços de complexidade tecnológica e operacional ao objeto licitado e cuja **parcela de maior relevância** são as seguintes:

✓ **Execução de Pavimentação asfáltica com C.B.U.Q. com em quantidade igual ou superior a 96,09 m³ ou 230,62 ton;**

5.3 Para atendimento à qualificação técnico-profissional, ter a comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, profissional(is) de nível superior, ENGENHEIRO CIVIL (s), reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente), serviço(s) relativo(s) a:

- a) Execução de Terraplenagem e Pavimentação;
- b) Execução de Sinalização horizontal e vertical, e
- c) Obras de acessibilidade.

5.3.1 A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

5.3.2 No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.



5.4 Declaração indicando o nome, CPF e número do registro no CREA do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto.

5.4.1 O nome do responsável técnico indicado deverá constar das certidões de acervo técnico apresentado para qualificação técnica do licitante.

6 DISPOSIÇÕES GERAIS:

6.1 Considerações Preliminares

Os serviços referentes ao objeto do contrato deverão estar de acordo com o projeto Executivo fornecido pela Prefeitura Municipal de Lajeado/RS. Qualquer modificação deverá ser autorizada e formalizada previamente via protocolo, à FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, mediante avaliação das eventuais correções.

Todos os serviços deverão ser executados em consonância com os projetos elaborados pela Prefeitura Municipal de Lajeado, bem como as prescrições contidas neste Termo de Referência, as normas técnicas da ABNT, os decretos municipais e outras regulamentações aplicáveis.

A **CONTRATANTE** poderá adotar, em qualquer época e a qualquer momento, normas especiais ou suplementares de trabalho, não previstas neste Termo de Referência, mas necessárias, a seu juízo, à segurança e ao bom andamento dos serviços. Essas novas normas passarão a integrar, automaticamente, as Especificações Técnicas.

Fica reservada a **CONTRATANTE** o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste Termo de Referência, que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou projeto.

Na existência de serviços não especificados, a **CONTRATADA** somente poderá executá-los após devida aprovação da Fiscalização.

A omissão de qualquer procedimento neste Termo de Referência ou nos projetos não exime a **CONTRATADA** da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas padronizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos do funcionamento e adequação dos resultados.

No caso de divergência entre os projetos e a planilha orçamentária, **terá prioridade a planilha orçamentária**. Conflitos entre este Termo de Referências e a Planilha Orçamentária ou os Projetos deverão ser informados à fiscalização da Prefeitura Municipal para definição a respeito e devidas providências serem tomadas.



As ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS só poderão ser modificadas, com autorização por escrito, emitida pela FISCALIZAÇÃO e concordância dos autores dos projetos.

6.2 Definições básicas

CONTRATANTE - Prefeitura Municipal de Lajeado, proprietária das obras e/ou serviços.

CONTRATADA - Empresa contratada pela Prefeitura Municipal de Lajeado para a execução das obras e/ou serviços.

FISCALIZAÇÃO - Pessoa física ou jurídica com formação superior em Engenharia Civil, designada pela Prefeitura Municipal de Lajeado/RS, para fiscalizar a execução das obras e serviços.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS – Profissionais habilitados pelo CREA/CONFEA autores dos projetos de serviços e obras ou responsáveis pela execução da obra ou serviço.

6.3 Relações entre a Contratada e a Fiscalização

A obra será fiscalizada por pessoal pertencente à Prefeitura Municipal de Lajeado/RS, ou empresa por ela indicada, que será doravante aqui designada Fiscalização.

A obra será conduzida por pessoal pertencente à **CONTRATADA**, que será doravante aqui designada Contratada.

A supervisão dos trabalhos, tanto da Fiscalização como da **CONTRATADA**, deverá estar sempre a cargo de um engenheiro Civil, devidamente habilitado e registrado no CREA.

A **CONTRATADA** obriga-se a dar início às obras imediatamente após emissão da Ordem de Início de Serviços, emitida pela **CONTRATANTE**, sob pena de incidir em multa prevista no Termo de Contrato.

Eventuais modificações nos elementos originais só poderão ser efetuadas com autorização formal e escrita da **CONTRATANTE**, e devidamente aprovados pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Lajeado/RS quanto a sua exequibilidade técnica financeira e as normas da ABNT. A execução de qualquer modificação somente poderá ser posta em prática após aprovação da Fiscalização responsável pela obra.

A **CONTRATADA**, sem prejuízo das suas responsabilidades, deverá comunicar imediatamente à Fiscalização do **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução das obras e serviços, como também, comunicar qualquer fato que resultar em risco de segurança e estabilidade, ou comprometer a qualidade da obra.

Ocorrendo o previsto no item anterior, com o objetivo de não causar danos a nenhuma das

partes, a Fiscalização da **CONTRATANTE** poderá autorizar modificações de caráter urgente, justificando a sua autorização.

Caberá à **CONTRATADA** todo o planejamento da execução das obras e serviços, nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física específica da obra, integrante da proposta, obrigando-se a manter no local das obras:

a) Um Livro de Registro da Fiscalização, com folhas numeradas;

b) Diário de Obras atualizado;

b) Registro de autorização (ordem de início dos serviços).

Os documentos, relacionados no item anterior, constituirão o processo da obra, que deverá permanecer no canteiro durante toda a sua execução e ser entregue a **CONTRATANTE**, após a conclusão da mesma.

No Livro de Registros da Fiscalização, mencionado na alínea "a", serão lançados, pela **CONTRATANTE** às solicitações e informações necessárias para conhecimento da **CONTRATADA**, a qual deverá responder utilizando-se do mesmo meio.

A **CONTRATADA** colocará na direção-geral das obras e serviços, na parte que lhe compete, profissional devidamente habilitado, que será seu responsável, na forma da legislação vigente.

Os encarregados da obra serão pessoas de experiência, idoneidade técnica e moral e nela deverão permanecer durante as horas de trabalho, além de estarem habilitados a prestar esclarecimentos a ela pertinentes, sempre que solicitados por representantes da **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** manterá no local das obras e serviços, os técnicos e a mão de obra necessários à perfeita execução dos mesmos, por cujos encargos responderá, unilateralmente, em toda a sua plenitude.

A **CONTRATADA** responderá por condições de higiene e saúde de seu pessoal, quanto a alojamentos provisórios, bem como por refeições, quando por ela fornecidas, conforme Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e suas modificações.

A **CONTRATADA** fornecerá e utilizará equipamentos adequados à obra, de acordo com o objetivo da mesma. O transporte, a guarda e manutenção dos mesmos são de sua exclusiva responsabilidade e ônus.

Os equipamentos, os materiais estocados e/ou utilizados no canteiro serão considerados como garantia suplementar do cumprimento das obrigações contratuais, cabendo, à Fiscalização, determinar a remoção de materiais ou equipamentos inservíveis ou que estejam em desacordo com as exigências contratuais.

A **CONTRATADA** se responsabiliza, desde já, por toda e qualquer serviço que resulte em danos ou prejuízos à **CONTRATANTE** ou a terceiros em decorrência dos serviços executados.

A execução e operação, das obras provisórias e definitivas, transportes de materiais e/ou equipamentos, deverão ser realizadas de modo a não interferir, desnecessariamente ou indevidamente, no acesso e/ou uso das vias e bens públicos ou particulares.

Cabe à **CONTRATADA**, desde o início até o recebimento definitivo da obra, a ela homologada, a manutenção e segurança de todas as obras localizadas no canteiro, sob sua responsabilidade, inclusive as executadas por terceiros, desde que concluídas ou paralisadas, correndo assim, à sua conta, as mesmas, ressalvando-se os danos comprovadamente causados pelos ocupantes.

Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas relativas à proteção, sinalização, tapumes e vigilância das obras provisórias ou definitivas, até a ocupação e recebimento definitivo das mesmas, pela **CONTRATANTE**.

Após a conclusão das obras e serviços a **CONTRATADA** deverá remover todo equipamento utilizado, o material excedente, os entulhos e as obras provisórias, o escritório de obras, entregando, os serviços, o local e as áreas contíguas livres e em condições de limpeza e de uso imediato.

A **CONTRATADA** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações, orientações e determinações obriga-se a atender pronta e irrestritamente.

Os casos omissos, quando não solucionados de comum acordo, serão resolvidos pela área competente da **CONTRATANTE**.

A Fiscalização poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela **CONTRATADA** providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE** ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização da **CONTRATANTE**, a qualquer hora, por seus representantes devidamente credenciados.

A Fiscalização terá plena autoridade para suspender, por meios amigáveis ou não, os serviços da obra, total ou parcial, sempre que julgar conveniente, por motivos técnicos, disciplinares, de segurança ou outros.

A Fiscalização, constatando inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exaço ou ato desabonador, poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado da **CONTRATADA**, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratadas.

Compete à Fiscalização, em conjunto com as demais áreas da **CONTRATANTE**, resolver as dúvidas e as questões expostas pela **CONTRATADA**, dando-lhes soluções rápidas e adequadas.

Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela Fiscalização ou pela própria **CONTRATADA**, obrigará a mesma, à sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da Fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento das obras e serviços, e no desconto das faturas das despesas a que a **CONTRATADA** tenha dado causa, por ação ou omissão.

No prazo de observação das obras, a **CONTRATADA** deverá executar, sob sua inteira responsabilidade, os trabalhos de reparos, consertos, reconstrução, retificação e restauração de defeitos ou falhas verificadas pela Fiscalização, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela **CONTRATADA**, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições desta Especificação, do contrato ou do projeto, bem como de tudo que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT.

A **CONTRATADA** deverá manter permanentemente e colocar à disposição da Fiscalização os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações das obras, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado da obra e do canteiro.

A existência e a atuação da Fiscalização em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne às obras e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou

regulamentos vigentes.

A **CONTRATADA** não poderá executar qualquer serviço que não seja autorizado pela Prefeitura Municipal de Lajeado, salvo aqueles que se caracterizem como necessários à segurança da obra.

Cabe à **CONTRATADA** o fornecimento de todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização da **CONTRATANTE**.

Designar um preposto para acompanhar a execução do presente contrato. Comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu contrato social ou estatuto.

Assegurar livre acesso e trânsito no canteiro de obras, bem como permitir visitas e fornecer informações a todos os consultores técnicos ou projetistas da **CONTRATANTE** ou contratados por ele, e que por este forem previamente credenciados.

Durante e após a vigência deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter a **CONTRATANTE** à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA**, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que a **CONTRATANTE** venha a arcarem qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

6.4 Materiais fornecidos pela CONTRATADA

Para os materiais fornecidos pela **CONTRATADA** deverão ser observadas as seguintes disposições:

Especificações:

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão satisfazer às especificações da ABNT (aprovados, recomendados ou projetados) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipo aprovados pela **CONTRATANTE**.

Em casos especiais, tratando-se de material para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, às especificações requeridas serão as dos órgãos competentes ou as estrangeiras.

Na composição de preços, o custo dos materiais fornecidos pela **CONTRATADA** é considerado posto obra.

1. INSPEÇÃO

Todos os materiais estarão sujeitos a amostragem, testes e aprovação. A amostra será fornecida pela **CONTRATADA** e deverá ser representativa do material a ser usado.

O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela Fiscalização, deverá ser retirado e substituído pela **CONTRATADA** sem nenhum ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

2. MARCAS E PATENTES

A **CONTRATADA** será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteados a empregar-se ou incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os “*royalties*” devidos e obter previamente as permissões ou licenças de utilização.

1. ARMAZENAMENTO

A **CONTRATADA** tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos. No tocante ao armazenamento dos materiais necessários à confecção do concreto, a **CONTRATADA** deverá obedecer rigorosamente às Normas Técnicas da ABNT, além das recomendações desta Especificação.

6.5 Serviços de terceiros

São serviços específicos componentes de um projeto cuja execução exige especialização que não consta da capacidade de produção da **CONTRATADA**. São realizados por terceiros na forma de pessoa física ou jurídica através de subcontrato ou instrumentos formais com a **CONTRATADA**, que se afigura como única responsável perante a **CONTRATANTE**.

6.6 Preços

Os preços das unidades definidas na relação quantitativa serão aqueles contratados e cobrirão todos os custos previstos na composição e regulamentação de preços além de despesas indiretas e diretas.

Os preços contratados, global e unitário, estarão limitados superiormente pelo preço orçado pelo órgão, que figurarão como preços máximos. O licitante que apresentar em sua proposta valores superiores ao limite aqui estabelecido estará eliminado do certame.

A medição dos serviços será feita de acordo com os critérios preestabelecidos na regulamentação de preços e especificações, conforme o regime de execução adotado.

Será exigida, quando um preço unitário for inferior a 30% do preço orçado Pela **CONTRATANTE** a descrição do item e justificativa técnica, em composição unitária de preço na apresentação da proposta.

6.7 Benefícios e despesas indiretas - BDI

É a taxa percentual que incide sobre todos os preços unitários compostos pela mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, materiais e equipamentos incluindo os atributos e fretes incidentes. Salvo condições expressas em contrário, remunera-se as despesas a seguir relacionadas:

Despesas indiretas, formando os seguintes itens a seguir listados:

1. Administração Central
2. Seguros/Imprevistos
3. Despesas Financeiras

PIS (Programa de Integração Social) ISS (Imposto Sobre Serviço) COFINS

Lucro

Do licitante vencedor será exigido a Composição dos Preços unitários dos serviços constantes da planilha orçamentária, assim como a composição dos encargos sociais.

Será exigido de todos os **licitantes na apresentação da proposta de preços** o demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item “BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI”, inclusive com relação às parcelas que o compõe, conforme modelo abaixo.

7 REGULAMENTAÇÃO DE PREÇO:

7.1 SERVIÇOS EXTRACONTRATUAIS

Caso durante a execução do objeto se faça necessário firmar termos aditivos com serviços novos ou previamente existentes na planilha orçamentária, serão observados os seguintes requisitos:

1. Para itens que já estejam contemplados no contrato, os preços unitários serão os mesmos já contratados, constantes da proposta vencedora.

2. Para itens novos a serem incluídos na planilha orçamentária da obra, conforme o caso e suas justificativas técnicas aprovadas pela fiscalização da **CONTRATADA**, a inclusão dos itens deverá atender ao que segue:

a) Caso o SINAPI ou SICRO contemple o serviço e todos os seus insumos também sejam novos, o preço unitário deverá corresponder ao encontrado naqueles sistemas aplicados sobre este o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da Prefeitura Municipal de Lajeado.

b) Caso o SINAPI contemple o serviço e algum de seus insumos já esteja presente nas composições dos outros serviços apresentadas pelo Contratado, o custo deste insumo será o mesmo apresentado na proposta vencedora, o qual também está condicionado ao limite máximo orçado pelo órgão. Os demais insumos receberão o mesmo tratamento recomendadona alínea “a)”.

c) No caso da alínea “b)”, quando nas composições apresentadas pela **CONTRATADA** seja observado a atribuição de dois ou mais preços para o mesmo insumo, prevalecerá o menor.

d) Caso o item não seja contemplado pelo SINAPI serão usadas como base para formação dos novos preços as composições das tabelas de preços referenciais de Órgãos estaduais ou cotação direta de empresas em número de 3 (três) unidades, cujos custos dos insumos serão alimentados da forma apresentada a seguir, adotando a mesma ordem como escala de prioridade:

- 1) Utilizando aqueles apresentados na proposta vencedora;
 - 2) Utilizando aqueles constantes da tabela de insumos do SINAPI aplicando o mesmo desconto dado pelo vencedor com relação ao orçamento base da Prefeitura Municipal de Lajeado;
 - 3) Utilizando o valor médio (média ponderada simples) ou o valor mediano dentre os obtidos em três cotações no mercado;
- e) Quando o item não se enquadrar em nenhuma das situações anteriores, o preço adotado será o menor dentre os obtidos em três cotações no mercado.

7.1.1 Da alteração do contrato

O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a esta Concorrência.

No interesse da Administração o **CONTRATADA** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária;

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes;

7.2 Regulamentação dos preços de serviços

Nos preços cotados deverão estar inclusos materiais, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, enfim, quaisquer outras despesas necessárias à realização dos serviços.

8 RESPONSABILIDADE LEGAL/FISCAL:

A **CONTRATADA** será responsável pelo cumprimento de todas as leis federais, estaduais e municipais (inclusive todos os regulamentos, normas, instruções e diretrizes) que lhe forem aplicáveis e necessárias ao seu funcionamento como empresa.

As despesas de Contrato, Seguros, Leis Sociais, ISS, e outras que incidirem sobre os serviços e seu pessoal, serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

Toda a equipe de trabalho deverá estar **vinculada à CONTRATADA pela CLT**, não se admitindo trabalhadores em condições ilegais.

Toda a equipe de trabalho deverá estar equipada com **ferramentas compatíveis** com a tarefa além de **fardamento, sapatos, capacete** e outros **utensílios de segurança** quando necessário, sendo todos os funcionários devidamente identificados.

Será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA** a indenização de quaisquer acidentes de trabalho resultante da execução das obras e serviços contratados, ou qualquer caso fortuito. Será também de sua responsabilidade a eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva da mesma, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos em via pública.

9 DAS PROPOSTAS:

A **PROPOSTA DE PREÇOS**, a qual será apresentada em uma via, na língua portuguesa, digitada ou impressa, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa proponente, devidamente carimbada e assinada pelo representante legal da licitante na última página e rubricadas nas demais, devendo ser elaborada obrigatoriamente

de acordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência bem como especificações dos fabricantes, normas técnicas pertinentes e conter ainda as seguintes indicações:

A proposta deverá conter preço unitário e total fixo e irrevogável, em moeda corrente nacional, com todos os custos incidentes, tais como: salário, ônus tributários, fiscais, parafiscais, trabalhistas e sociais, seguro, transporte, montagem, instalação incluindo teste e ativação dos equipamentos ofertados;

Os materiais necessários à instalação integral dos equipamentos a partir da infraestrutura oferecida e que não estejam claramente especificados e cotados na proposta, serão considerados como parte integrante dos serviços de instalação.

Prazo de validade da proposta não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da entrega das propostas;

Para as propostas que omitirem o seu prazo de validade, fica estabelecido que este prazo é o estipulado neste termo de referência;

Nos preços oferecidos deverão estar inclusas todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao CREA, demais encargos cabíveis e outros;

Nome, identidade, CPF, profissão e endereço do(s) representante legal da empresa que assinará o Contrato, na hipótese de vencedora do certame;

Não se admitirá proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ou com preços manifestamente inexequíveis, podendo para tanto, exigir-se por ocasião da análise de preços, a demonstrada viabilidade dos mesmos, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado.

10 VISTORIA:

O licitante examinará as interferências por venturas existentes na área onde serão realizados os serviços, devendo visitar o local da obra, até 05 (cinco) dias úteis da data anterior para a sessão inaugural do certame. Conferindo os serviços e respectivos quantitativos para compor o seu preço, analisando todas as dificuldades para a execução dos mesmos. A realização da vistoria prévia no local será realizada através dos seus representantes técnicos devidamente habilitados e o mesmo deverá retirar junto à Secretaria de obras do município o Atestado de visita técnica do local.

Apresentação da declaração de que foram obtidas todas as informações julgadas necessárias para a elaboração da proposta (Atestado de visita técnica), sendo entregue pela

proponente quando da apresentação da habilitação técnica.

11 OBRAS DE ARTE CORRENTE (AOC) E OBRAS CIVIS:

11.1 Disposições Gerais

O suprimento de água, energia e telefone para todos os fins, bem como o afastamento e disposição final de águas residuais serão de responsabilidade da contratada. O abastecimento de água ao canteiro será efetuado, obrigatoriamente, sem interrupção, mesmo que o CONSTRUTOR tenha que se valer de caminhão-pipa.

A ligação de energia elétrica ao canteiro obedecerá, rigorosamente, as prescrições da concessionária local. Os ramais e sub-ramais internos serão executados com condutores isolados por camada termoplástica, corretamente dimensionada para atender as respectivas demandas dos pontos de utilização.

As emendas de fios e cabos para a instalação de barracos e estruturas afins serão executadas com conectores apropriados e guarnecidos com fita isolante, não sendo admitidos fios desencapados. Todos os circuitos serão dotados de disjuntores termomagnéticos.

Cada máquina e equipamento receberão proteção individual, de acordo com respectiva potência por disjuntor termomagnético, fixado próximo ao local de operação.

11.2 Limpeza e Retirada de Material

Serão removidos todos os materiais imprestáveis e entulhos que se encontrem no local da construção e todo o canteiro de obras, devendo permanecer contêiner de entulhos no local do canteiro de obra.

Deverá ser prevista a limpeza e remoção dos entulhos de obra ao longo de todo o tempo de serviço, mantendo assim a obra limpa e segura conforme as recomendações em Norma (NR18).

12 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

Serão utilizados os critérios de medição do SINAPI (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil) para dirimir quaisquer dúvidas que porventura possam ocorrer durante as medições dos serviços.

Os itens constantes dos custos administrativos serão medidos em percentual equivalente ao total de serviços efetivamente executados no período, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União em seu acórdão Nº 3.103/2010 – Plenário.

13 RECEBIMENTO DA OBRA:

12.1 Regras Gerais

Cabe a **CONTRATADA** comunicar, por intermédio da fiscalização da Prefeitura Municipal de Lajeado, a conclusão da obra ou serviço ou de suas etapas, solicitar o seu recebimento e apresentar medições dos serviços executados. A fatura ou nota fiscal correspondente aos serviços executados será recebida somente após a análise e aprovação da fiscalização da **CONTRATANTE**, conforme o contrato.

Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço ou obra, não pode ser efetuado o seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento da Fiscalização da obra.

No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

12.2 Recebimento Provisório

O recebimento de obras e serviços deve ser feito pelo responsável pela sua fiscalização e acompanhamento do contrato, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita pela **CONTRATADA**.

O recebimento provisório é o que se efetua, em caráter experimental, relativamente à totalidade da obra ou serviço executado após realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, senecessário, sua adequação aos termos do contrato.

Imediatamente após o recebimento da notificação da **CONTRATADA** sobre a conclusão do objeto do contrato ou após o registro da conclusão no Diário de Obras, a fiscalização deve vistoriar previamente a obra ou serviço e verificar se foram atendidas ou não pela **CONTRATADA** todas as condições contratuais, observado que:

- i. Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a fiscalização deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório como marcação de data e comunicação a **CONTRATADA**;
- ii. Em caso de não conformidade, a fiscalização deve impugnar a obra ou serviço, apontando as falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.

A **CONTRATADA** deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de quaisquer das condições contratuais, a fiscalização deve:

- Elaborar relatório circunstanciado, apontando as falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução;
- Verificar e liberar se a **CONTRATADA** sanar a respectiva regularização das falhas ou defeitos;
- Devolver a **CONTRATADA** a fatura que por ventura fora entregue para pagamento, e que contenham problemas e os motivos de sua rejeição.

A **CONTRATADA** deve sanar as falhas apontadas, submetendo-se à nova verificação da etapa impugnada.

O recebimento provisório só pode ser formalizado após finalizada a obra ou serviço e sanadas todas as pendências que porventura foram constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório, emitido em 2 (duas) vias.

12.3 Recebimento Definitivo

O Recebimento definitivo é o que se faz em caráter permanente, incorporando, no caso de obras, o objeto ao seu patrimônio e considerando o contrato regularmente executado e somente deve ser efetivado se a **CONTRATADA** tiver cumprido todas as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

Recebida definitivamente a obra ou serviço de engenharia, a **RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA** pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos subsiste por **5 (cinco) anos**, contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Código Civil Brasileiro.

Caso tenham sido sanados os defeitos ou imperfeições observados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fiscalização deve solicitar o Termo de recebimento definitivo.

ANEXO 2

MODELO – DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Declaramos para os devidos fins:

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço da Empresa:		Nº:
Bairro:	Cidade :	Estado :
Telefone / Fax:		E-mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE PARA A ASSINATURA DE CONTRATO		
Nome:		
Cargo:	RG:	CPF :
Endereço do Representante Legal:		Nº:
Bairro:	Cidade :	Estado :
Telefone:		E-mail:

DADOS DA CONTA BANCÁRIA PARA DEPÓSITO		
Banco :	Agência	Conta:

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Observação: Juntar procuração, se for o caso.

ANEXO 3

MODELO DE PROPOSTA

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU CARIMBO DA RAZÃO SOCIAL

Ao
Exmo . Sr.
Presidente da Comissão de Licitações

Apresentamos abaixo nossa proposta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS JOÃO AVELINO MARIA E PAULINO GERALDO DA ROSA, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº09032023 E CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, englobando todos os materiais e serviços aludidos conforme edital e seus anexos e declaramos que estamos de acordo com as condições da licitação modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024**, com a lei n.º 14.133/21, suas alterações e as normas gerais do Município de Lajeado/RS.

- 1 – Proposta contendo preço unitário, total por item e total global.
- 2 – O prazo para início dos serviços é após a assinatura do contrato.
- 3 – O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.
- 4 – Condições de pagamento: conforme o que dispõe o edital.
- 5 – Prazo para conclusão dos serviços.
- 6 – Deverá estar acompanhada de:
 - Planilha Orçamentária, assinada pelo responsável técnico da empresa;
 - Detalhamento do Índice global de BDI e Encargos Sociais adotados;
 - Cronograma Físico-Financeiro.

Local e Data

Assinatura

ANEXO 4

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que:

1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Lajeado ou responsável pela licitação;

2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agentes Políticos da Prefeitura Municipal de Lajeado ou responsável pela licitação;

_____, ____ de ____ de ____

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO 5

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao
Agente de Contratação

Ilmo(a) Sr(a):

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2024.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO 6

**MODELO DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO AOS MENORES DE IDADE
CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024

A empresa (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, na forma e sob as penas impostas pela Lei 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislação pertinente, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura: _____

Razão Social da licitante e CARIMBO COM CNPJ



ANEXO 7

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARAÇÃO

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº. _____ e CPF nº _____ DECLARA, para fins do disposto do Edital de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024, sob as sanções administrativas cabíveis e sob pena da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006;

() **COOPERATIVA**, conforme art. 34 da Lei 11.488 de 15 de Junho de 2007, e gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade), _____ de _____ de _____.

Representante Legal

Contador e nº CRC

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa.



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO

RUA JOÃO AVELINO MARIA-BAIRRO CONSERVAS
RUA PAULINO GERALDO DA ROSA- BAIRRO CONSERVAS



1. OBJETO:

O presente volume, denominado Relatório do Projeto, apresenta os dados e especificações para o Projeto Executivo de Engenharia de Infraestrutura urbana para as seguintes vias:

OBJETO: PROJETO EXECUTIVO DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO

LOCAL: RUAS JOÃO AVELINO MARIA, RUA PAULINO GERALDO DA ROSA E RUA PARAGUAI.

EXTENSÕES:

- RUA JOÃO AVELINO MARIA: 310,00m

- RUA PAULINO GERALDO DA ROSA: 184,00m

ÁREAS:

- RUA JOÃO AVELINO MARIA: 1.790,00m²

- RUA PAULINO GERALDO DA ROSA: 962,00m²

TRECHOS:

- RUA JOÃO AVELINO MARIA: ENTRE O ASFALTO EXISTENTE E A AVENIDA BEIRA RIO.

- RUA PAULINO GERALDO DA ROSA: ENTRE A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA.

Os serviços do objeto foram adjudicados a Equipe Técnica da Empresa FG ENGENHARIA LTDA. com sede no Município de Colinas/RS, sito à R DR. PAROBE, nº 467-CENTRO, – CNPJ 27.699.878/0001-13, telefone de contato (51) 51 981362755, com a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS a da Prefeitura Municipal de Lajeado/RS, de forma a atender as normas Técnicas vigentes.

O Projeto Executivo é constituído dos seguintes volumes:

Volume I:

Especificações Técnica, concepções do projeto, Planilhas orçamentarias, Cronograma e Composições de custos unitários;

Volume II:

Projetos - Peças Gráficas; Equipe Técnica:

Responsável Técnico:

Felipe Jacobs Pocebon.....Engenheiro Civil CREA/RS 222451

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – SERVIÇOS PARA CAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO:

2.1 Implantação da obra

2.1.1 Mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos

Quanto à mobilização, a Contratada deverá iniciar imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço (fiscalização municipal), em obediência ao cronograma físico-financeiro.

A mobilização compreenderá a alocação de máquinas e equipamentos necessários para a perfeita execução das obras e seu transporte para o local da obra.

A desmobilização compreenderá a retirada do maquinário utilizado na obra e o deslocamento dos empregados da CONTRATADA.

A medição deste serviço será por unidade.

2.1.2 Administração e gestão local da obra

O serviço se dá através de alocação de custos relativa a veículos, placas de segurança nas obras bem como os custos de engenheiro que gerenciará e acompanhará a obra, encarregado geral de obra, técnico de segurança do trabalho e equipe de topografia, todos os custos que contemplam a administração e custos indiretos da obra.

O serviço será medido por mês.

2.1.3 Placa de obra

A placa de obra tem por objetivo informar a população e aos usuários da rua os dados da obra. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento.

A placa deverá ser confeccionada em chapas de aço laminado a frio, galvanizado, com espessura de 1,25mm.

Terá dois suportes e serão de madeira de lei beneficiada (7,50cm x 7,50cm, com altura livre de 2,50m).

A medição para os serviços de implantação da placa será por m².

A medição para os serviços de suportes da placa serão medidos por **unidade**.

2.1.4 Serviços de marcação topográfica:

Este serviço consiste na marcação topográfica (alinhamentos) do trecho a ser executado, locando todos os elementos necessários à execução, constantes no projeto.

A topografia deverá marcar os alinhamentos constantes da seção tipo com as distâncias definidas no projeto, áreas de implantação de acessos para def. físicos e auxiliar na marcação da etapa de sinalização viária.

Após a ordem de início procede-se a marcação dos bordos limites da aplicação da massa asfáltica e a posterior também se procede à etapa de sinalização horizontal e de sinalização de áreas especiais, a topografia deve auxiliar na marcação.

A medição deste serviço será por unid. De pontos topográficos de área locada.

2.2 Capeamento asfáltico (Ruas João Avelino Maria e Paulino Geraldo da Rosa).

2.2.1 Limpeza e varrição pista

São objetos desta especificação os serviços de limpeza e varrição de pista existente, para fins de preparação para aplicação do ligante e posteriormente o revestimento.

As operações de limpeza da pista serão executadas mediante a utilização de equipamentos adequados (caminhão pipa, vassoura mecânica com trator agrícola) complementados com o emprego de serviços manuais.

Prever a retirada de gramíneas, sujeiras de caixas coletoras, e detritos nos bordos de pista.

Estes serviços serão medidos em função da área em m².

2.2.2 Pintura de ligação com RR-2C

Refere-se à aplicação de película de material betuminoso sobre o calçamento existente em paralelepípedos, visando promover a aderência entre o calçamento e o revestimento a ser executado.

A taxa a ser utilizada deverá variar entre 0,4 l/m² a 0,6 l/m², que será verificado pelo menos uma taxa de aplicação através de ensaio adequado “bandeja”.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição deverão ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento de ligante.

Os carros distribuidores deverão dispor de termômetros, em locais de fácil observação, e, ainda, um espargidor manual para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

A pintura de ligação será medida através da área executada em m².

2.2.3 Camada de regularização com C.B.U.Q., exclusive transporte.

A camada de regularização é executada com concreto betuminoso resultante da mistura a quente, em usina apropriada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso e deverá apresentar espessura média de 3 cm para Rua João Avelino Maria e espessura média de 2 cm para a Rua Paulino Geraldo da Rosa.

Consiste na execução de camada asfáltica sobre o calçamento existente com a finalidade de reparar e regularizar, inconsistências longitudinal e transversal do calçamento atual.

A execução constará da descarga do C.B.U.Q. sobre as áreas as quais já receberam a primeira pintura de ligação, posteriormente será espalhado com motoniveladora o qual deve cobrir as áreas inconsistências longitudinal e transversal do pavimento existente, sendo compactado com rolo de chapa e pneus.

As espessuras de camada de regularização foi definido na média devido às imperfeições do pavimento existente.

Podem ser empregados os seguintes materiais betuminosos:

- a) Material asfáltico será empregado CAP 50/70.
- b) Agregados provenientes de britagem.

Será executado o ensaio de granulometria da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias. Serão efetuadas, no mínimo, duas medidas de temperatura por carga, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- a) da mistura betuminosa na saída no misturador na usina;
- b) da mistura, no momento do espalhamento.

Os serviços de Revestimento em C.B.U.Q. serão medidos em m³ aplicadas na pista.

2.2.4 Transporte do C.B.U.Q.

Define-se pelo transporte do C.B.U.Q. por caminhões transportadores, com proteção superior de maneira a evitar que a temperatura da massa asfáltica não diminua a ponto limite de não se poder utilizar na pista.

O material será transportado para uma DMT de 21,53 Km para a Rua João Avelino Maria, e 21,8 km para a Rua Paulino Geraldo dos Santos sobre rodovia pavimentada.

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume transportado em m³/km na pista.

Os transportes foram levados em consideração as 03 (três) usinas mais próximas à obra.

2.2.5 Pintura de ligação com RR-2C

Refere-se à aplicação de película de material betuminoso sobre a camada de regularização já pronta e compactada, visando promover a aderência entre esta camada e o revestimento a ser executado.

A taxa a ser utilizada deverá variar entre 0,4 l/m² a 0,6 l/m², que será verificado pelo menos uma taxa de aplicação através de ensaio adequado “bandeja”.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição deverão ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento de ligante.

Os carros distribuidores deverão dispor de termômetros, em locais de fácil observação, e, ainda, um espargidor manual para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em pelo menos, um dia de trabalho.

A pintura de ligação será medida através da área executada em m².

2.2.6 Camada final de pavimento com C.B.U.Q.

O concreto betuminoso é o revestimento flexível resultante da mistura a quente, em usina apropriada, de agregado mineral graduado, material de enchimento e material betuminoso.

A execução constará da descarga do C.B.U.Q. no silo da vibro acabadora, que deverá lançar gradualmente e na espessura correta sobre as áreas as quais já receberam a camada regularizadora e a segunda pintura de ligação.

Posteriormente será compactado com rolo de pneus, com espessura de **4 cm para todas as ruas de capeamento**.

Podem ser empregados os seguintes materiais betuminosos:

- a) Material asfáltico será empregado CAP 50/70.
- b) Agregados provenientes de britagem

Será executado o ensaio de granulometria da mistura dos agregados resultantes das extrações. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias. Serão efetuadas, no mínimo, duas medidas de temperatura por carga, em cada um dos itens abaixo discriminados:

- a) da mistura betuminosa na saída no misturador na usina;
- b) da mistura, no momento do espalhamento.

Os serviços de Revestimento em C.B.U.Q. serão medidos em m³ aplicadas na pista.

2.2.7 Transporte do C.B.U.Q.

Define-se pelo transporte do C.B.U.Q. por caminhões transportadores, com proteção superior de maneira a evitar que a temperatura da massa asfáltica não diminua a ponto limite de não se poder utilizar na pista.

O material será transportado para uma DMT de 21,53 Km para a Rua João Avelino Maria, e 21,8 km para a Rua Paulino Geraldo dos Santos sobre rodovia pavimentada.

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume transportado em m³/km na pista.

Os transportes foram levados em consideração as 03 (três) usinas mais próximas à obra.

2.2.8 Transporte de material asfáltico (refinaria/usina).

Define-se pelo transporte do ligante asfáltico (CAP) material a ser utilizado na usinagem e produção do C.B.U.Q. em Usina apropriada. Deve ser transportado por caminhões transportadores específicos e esta atividade-fim e por empresas habilitadas a este tipo de transporte.

O material será transportado deverá provir da refinaria mais próxima até a localidade onde está instalada a usina com DMT de 106 Km.

A medição efetuar-se-á levando em consideração o volume transportado em ton/km.

3. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

3.1 Sinalização horizontal:

Consiste na execução de linhas longitudinais que tem a função de definir os limites da pista de rolamento e orientar a trajetória dos veículos, ordenando-os por faixas de tráfego, e ainda a de

regulamentar as manobras laterais nas cores branco e ou amarelo, espessura de 0,6 mm e padrão 3,09 da ABNT.

A tinta a ser utilizada deve ser acrílica a base de água e executada por aspersão simples, pois apresentam características de rápida secagem, homogeneização, forte aderência ao pavimento, flexibilidade, ótima resistência à abrasão, perfeito aspecto visual diurno e excelente visualização noturna devido à ótima retenção de esferas de vidro.

A execução dos serviços deve atender os requisitos da NBR 11862.

Os serviços de sinalização serão medidos por metros lineares aplicados na pista.

3.2 Sinalização horizontal não mecanizada (Áreas especiais):

Consiste na execução de pintura em faixas de segurança conforme demonstrado no projeto de sinalização viária e padrões estabelecidos pela NBR 9050 e pelo CONTRAN.

A sinalização deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado.

Os serviços de sinalização serão medidos por metro m² aplicado na pista.

3.3 Sinalização vertical:

A sinalização vertical é composta por placas de sinalização que tem por objetivo aumentar a segurança, ajudar a manter o fluxo de tráfego em ordem e fornecer informações aos usuários da via.

As placas de sinalização vertical deverão ser confeccionadas em chapas de aço laminado a frio nr 16, galvanizado, com espessura de 1,25 mm para placas laterais à via.

A reflexibilidade das tarjas, setas e letras do fundo da placa serão executadas mediante a aplicação de películas totalmente refletivas, com coloração invariável, tanto de dia como à noite.

Os suportes das placas serão metálico Ø 2 1/2" (ver projeto), com altura livre mínima de 2,20 m.

As placas têm por finalidade informar sobre as limitações, proibições ou restrições, regulamentando o uso via.

Terão fundo refletivo, orla e tarja totalmente refletivas, com inscrições ou símbolos pretos não refletivos.

As placas serão medidas por m² aplicadas no local.

3.4 Suportes para placas:

Os suportes das placas serão metálico $\varnothing 2 \frac{1}{2}''$, com altura livre mínima de 2,20 m e comprimento total de 3,15 metros (ver projeto).

A medição para os serviços dos suportes metálicos serão por unidade.

3.5 Acessos para cadeirantes:

A obra em específico apresenta passeios já existentes há anos, e já consolidados não havendo a possibilidade de se realizar correções de larguras e alinhamentos, o que pode vir a apresentar áreas com larguras bastante pequenas em determinados locais, sendo que deve-se verificar “in loco” qual é melhor tipo de acessibilidade vai se adequar ao local.

Desta forma, deverá ser serrado ou removido o passeio antigo, retirar o material do local e esquadrear o novo acesso de cadeirante, e deve obedecer o que especifica a Norma Técnica ABNT 9050, ou executar o mais próximo a atender as normatizações pois as áreas de passeios nos locais são de ruas já consolidadas e por vezes não há espaço físico suficiente e a sua execução por força maior deve ser executada de forma a tornar a acessibilidade o melhor possível no local visto que por não haver estas estruturas atualmente a sua instalação já se consolida em tentar proporcionar aos deficientes condições do livre trânsito no local o que atualmente é impossível.

Os serviços devem ser realizados por meio de equipamentos apropriados tais como rompedores, serras com discos diamantados específicos para corte de concreto ou lajes de pedra.

Após a remoção e regularização da área onde será executado o novo acesso para cadeirantes, inicia-se pela colocação de formas e lançamento de lastro de brita com espessura de 5 cm.

Após as formas e o lastro de brita esp. 5cm, conforme liberação pela fiscalização lança-se o concreto fck 20 MPa com espessura média de 8 cm.

Prever para que durante o desempenho do concreto já se providencie as formas e após ser colocado os pisos táteis.

O piso tátil deverá ser instalado de acordo com o posicionamento definido no projeto de acessibilidade (ver projeto).

Estes elementos deverão ser confeccionados com as dimensões especificadas na norma NBR 9050, e poderão ser de qualquer material desde que tenha a resistência necessária para este uso.

Recomenda-se a utilização de peças de concreto.

O piso tátil deverá ser confeccionado na cor “terracota”, ou outra cor que contraste com o piso adjacente, tanto o piso de direcionamento quanto o piso de alerta.

Verificar para que não fiquem degraus entre a pista e o acesso, sendo que se for o caso haja avanços da rampa de encontro na pista até que se elimine todo e qualquer degrau.

Caso haja algum problema de águas superficiais, deve ser executado a instalação de cano para prever o escoamento das águas ou espaço vazado no alinhamento do meio-fio com largura não superior a 5 cm que possa escoar as águas.

A medição efetuar-se-á levando em consideração a **unidade** de peças instaladas para cada acesso.

3.6 Pintura de meio-fio:

Consiste na execução de uma pintura com tinta a base de “cal” sobre o meio-fio.

A pintura do meio-fio deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado.

Os serviços de pintura serão medidos por **metro linear** assentado meio-fio.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO

LOCAL: RUA PAULINO GERALDO ROSA

OBJETO: CAPEAMENTO ASFÁLTICO

TRECHO: ENTRE A ESQ. RUA JOÃO AVELINO MARIA E ORAIDES DA ROCHA

ÁREAS:

ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.142,00m²

ÁREA DE RECAPEAMENTO: 962,00m²

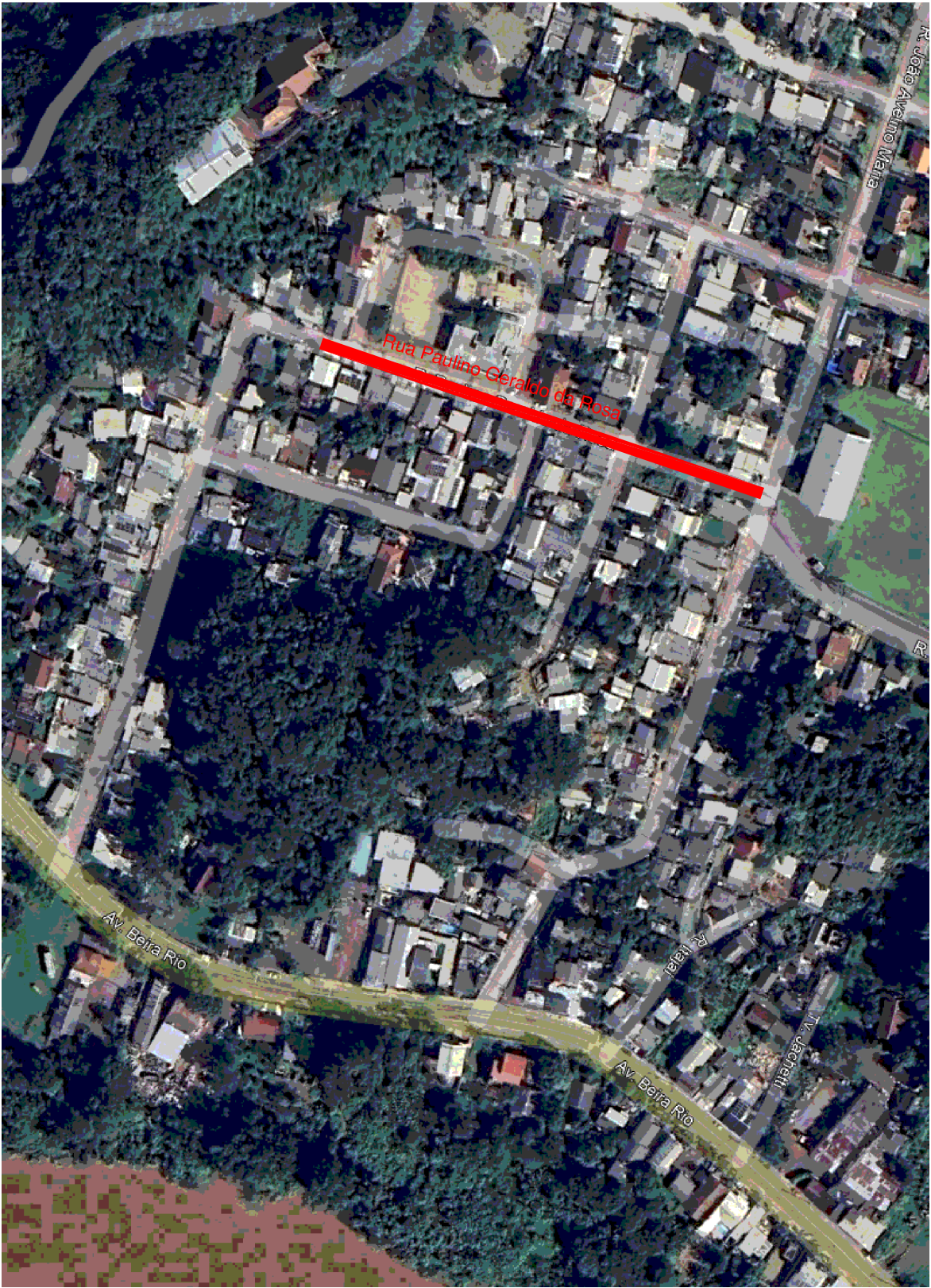
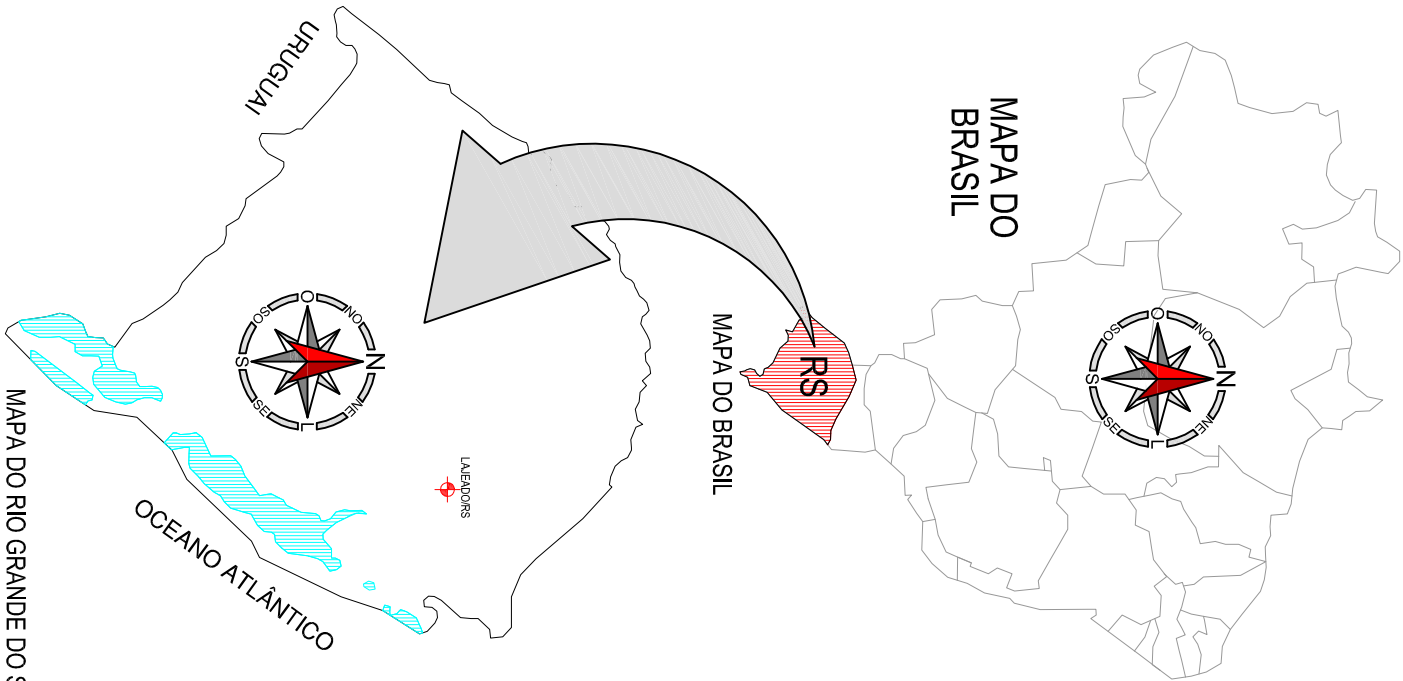
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA

VOLUME II - PEÇAS GRÁFICAS



JANEIRO/2024

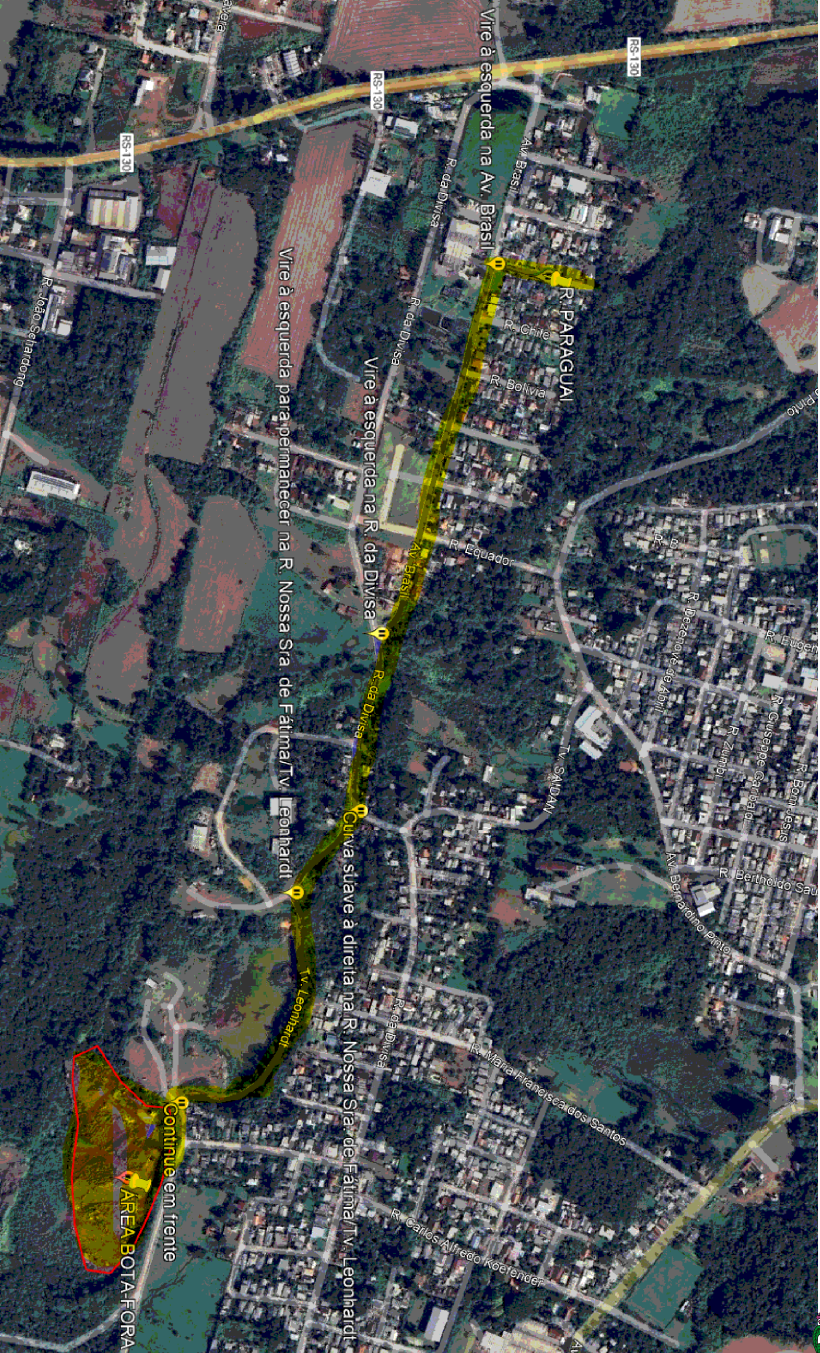




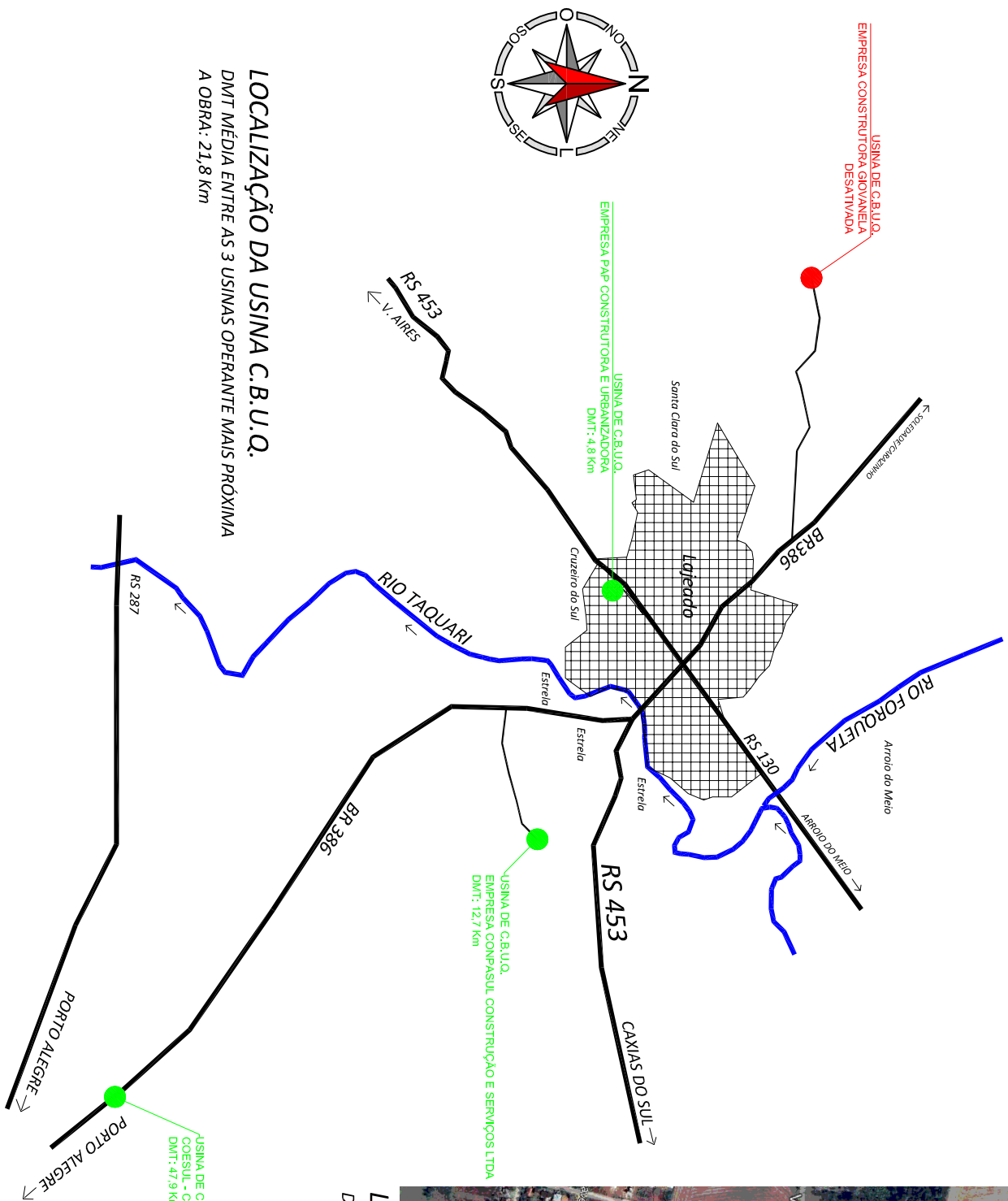
PLANTA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

— ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

FG ENGENHARIA FELIPE JACOBS POCEBON Engenheiro Civil CREA/RS 222.451 Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800 E-mail: contato@fgengenharias.com.br Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS		GABRIEL BAIERLE Engenheiro Civil CREA/RS 222.449	
PROJETO: PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO			
CONTEUDO DA PRANCHA: PROJETO GEOMÉTRICO LOCALIZAÇÃO DA OBRA			
LOCAL: TRECHO: ENTRE A ESQUINA COM A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA			
INFORMAÇÕES TÉCNICAS: EXTENSÃO: 152,00 METROS 7,00 METROS			
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014		ÁREA: 1,064,00m² ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: ÁREA DE RECAPEAMENTO:	
Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014			
FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451		GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449	
PRANCHA:			
DATA: JANEIRO/2024		ÁREA: ESCALA: EM PLANTA	
01			



DMT MÉDIA: 1,1 km

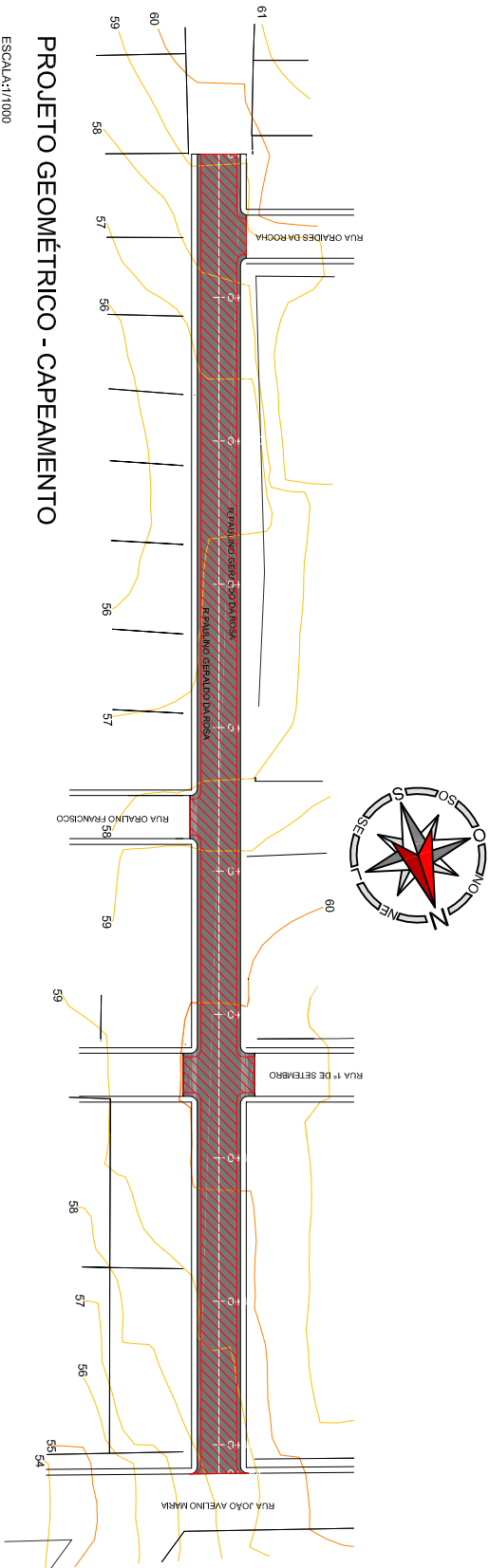


DMT MÉDIA ENTRE AS 3 USINAS OPERANTE MAIS PRÓXIMA
A OBRA: 21,8 km

QUADRO DE USINAS E DMTs		
USINA	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA
COMPASUL	ESTRELA/RS	12,7 Km
COESUL	TRIUNFO/RS	47,9 Km
PAP	LAJEADO/RS	4,8 Km
DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE		21,8 Km

OBS.: A USINA DA EMPRESA GIOVANELLA SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORQUETINHA ENCONTRA-SE FORA DE OPERAÇÃO E USO.

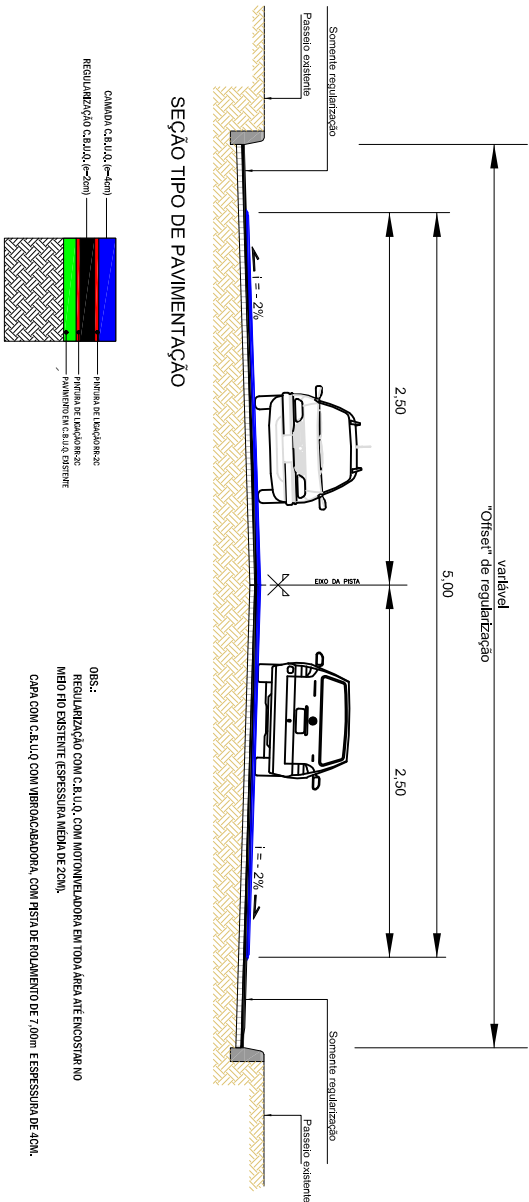
		FELIPE JACOBS POCEBON Engenheiro Civil CREA/RS 222.451		GABRIEL BAIERLE Engenheiro Civil CREA/RS 222.449	
ENGENHARIA		Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800 E-mail: contato@tengenharfars.com.br Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS			
PROJETO: PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO					
CONTEUDO DA PRANCHA: PROJETO GEOMÉTRICO LOCALIZAÇÃO DE USINA					
LOCAL: RUA PAULINO GERALDO DA ROSA					
TRECHO: ENTRE A ESQUINA COM A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA					
INFORMAÇÕES TÉCNICAS: EXTENSÃO: 152,00 METROS 7,00 METROS ÁREA: 1,064,00m² ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: ÁREA DE RECAPEAMENTO:					
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: FELIPE JACOBS POCEBON:01 61 6356014 Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014 GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449					
PRANCHA: 02					
DATA: JANEIRO/2024		ÁREA:		ESCALA: EM PLANTA	



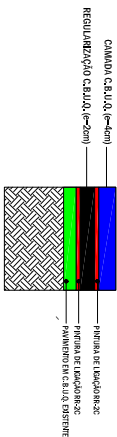
PROJETO GEOMÉTRICO - CAPEAMENTO

ESCALA: 1/1000

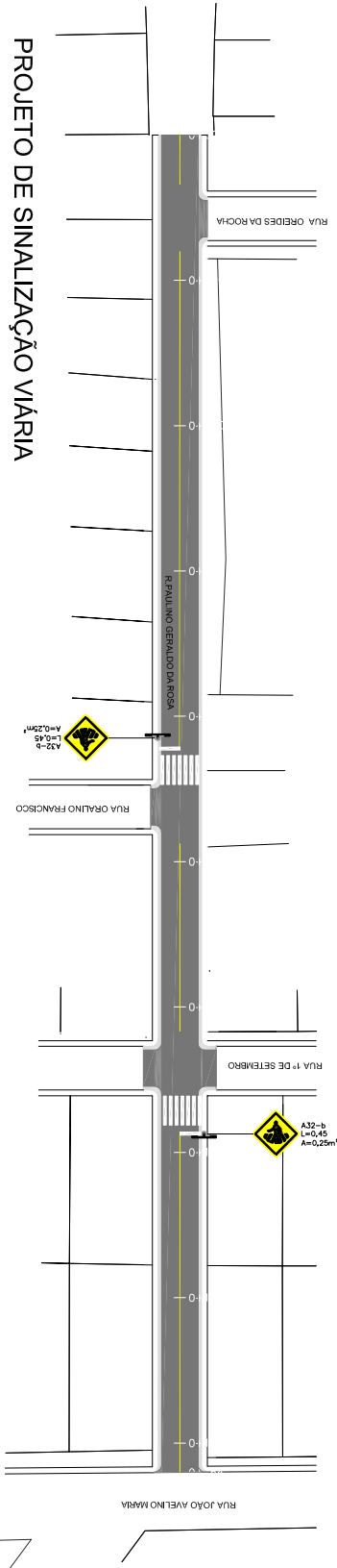
■ ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.142,00m²
▨ ÁREA DE RECAPEAMENTO: 962,00m²



SEÇÃO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO

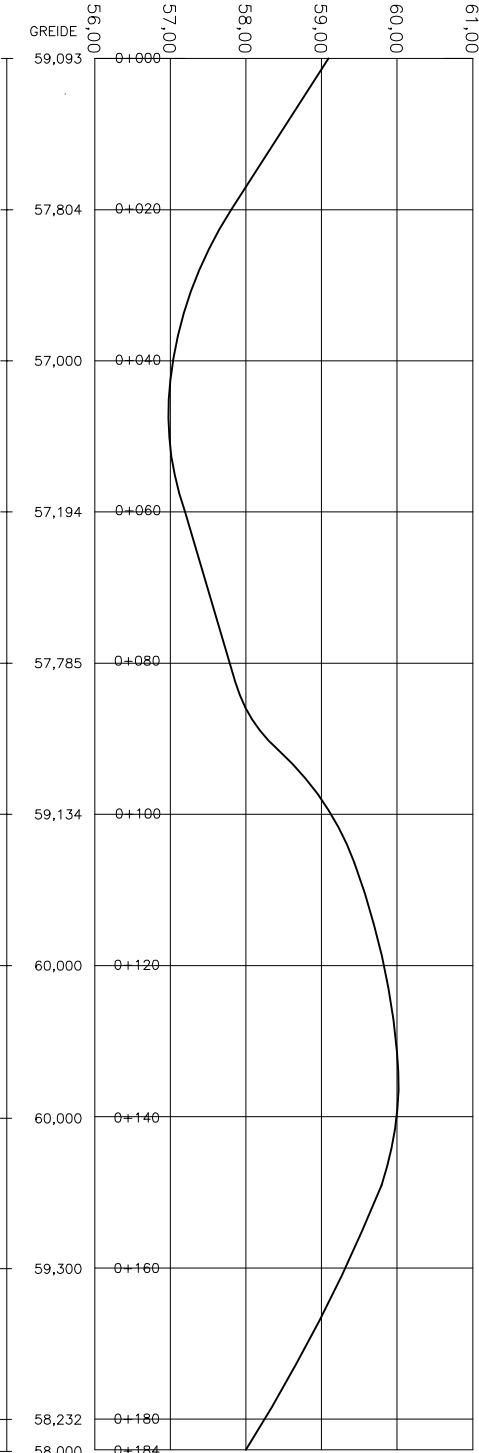


NOTA:
REGULARIZAÇÃO COM C.B.L.U. COM MONTELODADA EM TODA ÁREA E ENCASTRAR NO MEIO DO EXISTENTE ESPESURA MÉDIA DE 20CM.
C.B.U. COM C.B.L.U. COM VIBROCAVADORA, COM REJA DE ROLAMENTO DE 7,00m E ESPESURA DE 4CM.



PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

ESCALA: 1/1000



PERFIL LONGITUDINAL EXISTENTE DO EIXO

HORIZ.: 1/1000
VERT.: 1/100



FELIPE JACOBS POCEBON
Engenheiro Civil
CREA/RS 222.451

GABRIEL BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA/RS 222.449

FG
ENGENHARIA

Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800
E-mail: contato@fgengenharia.rs.com.br
Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS

PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO

CONTEÚDO DA PRANCHA:

PROJETO EXECUTIVO DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO

LOCAL:

RUA PAULO GERALDO DA ROSA

TRECHO: ENTRE A ESQUINA COM A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA

INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

EXTENSÃO: 184,00 METROS

ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.142,00m²

ÁREA DE RECAPEAMENTO: 962,00m²

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

FELIPE JACOBS
POCEBON:01616356014

Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014

FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451

GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449

DATA:

JANEIRO/2024

ÁREA:

ESCALA:

EM PLANTA

PRANCHA:
03



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

LOCAL: RUA JOÃO AVELINO MARIA

OBJETO: CAPEAMENTO ASFÁLTICO

TRECHO: ENTRE A AV. BEIRA RIO E O ASFALTO EXISTENTE

ÁREAS:

ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²

ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m²

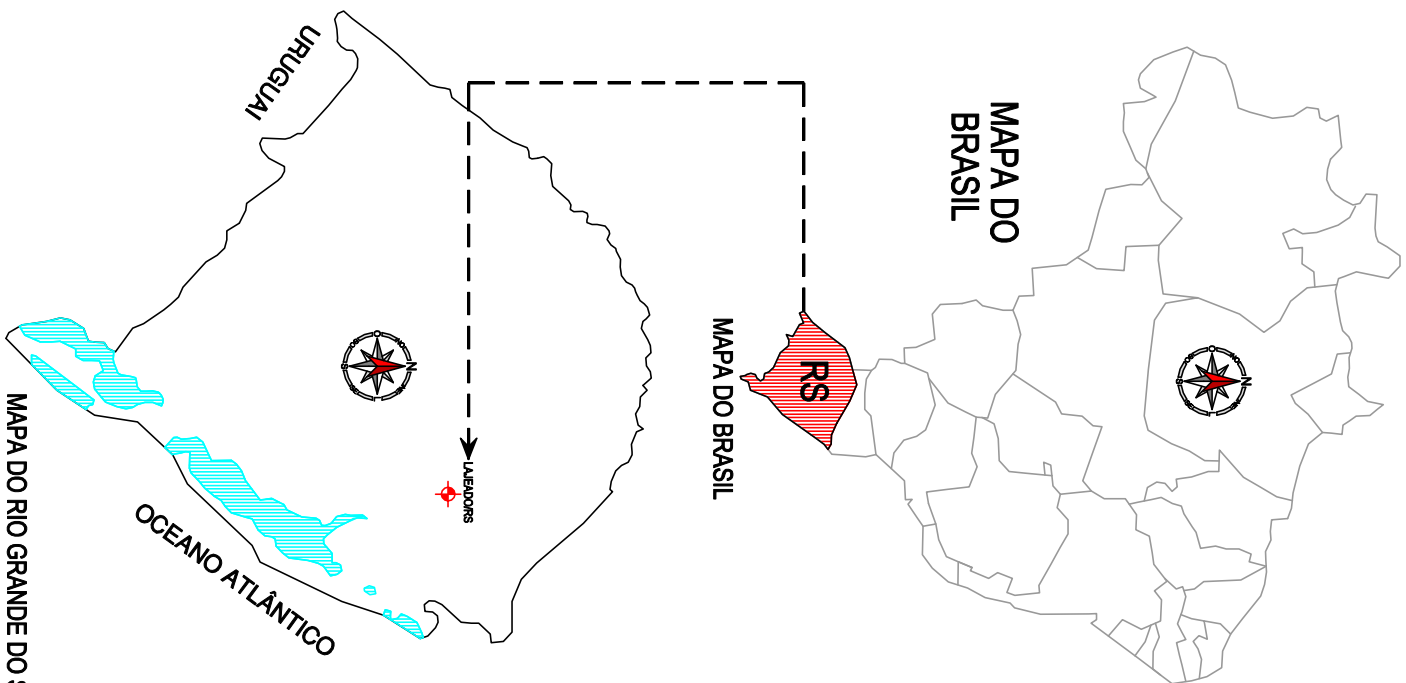
PROJETO FINAL DE ENGENHARIA

VOLUME II - PEÇAS GRÁFICAS



JANEIRO/2024

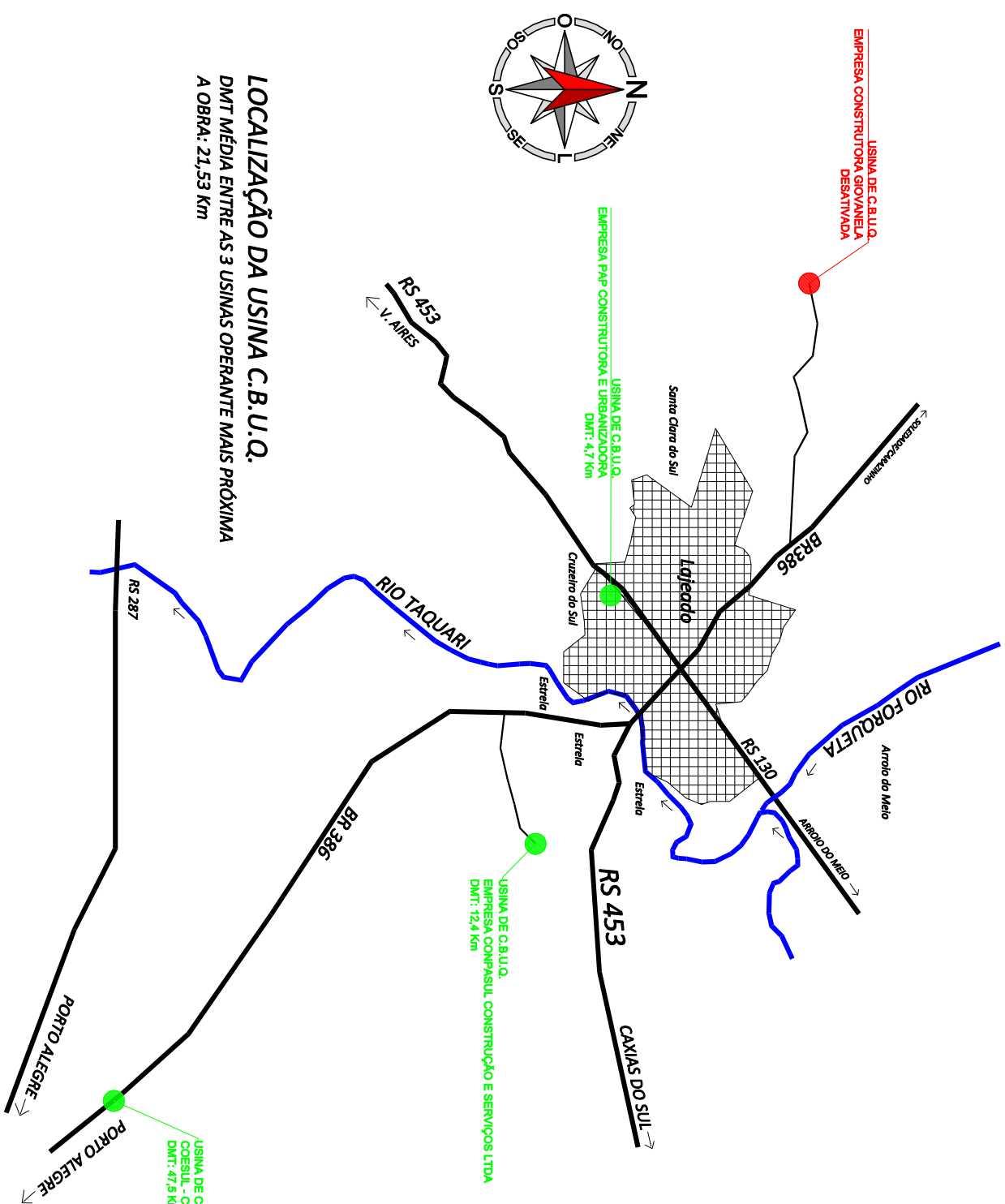




PLANTA DE SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

		FELIPE JACOBS POCEBON		GABRIEL BAIERLE	
		Engenheiro Civil		Engenheiro Civil	
		CREA/RS 222.451		CREA/RS 222.449	
		Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800			
		E-mail: contato@fgengenharias.com.br			
		Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Collinas/RS			
PROJETO:		ENGENHARIA			
CONTEÚDO DA PRANCHA:		PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO			
LOCAL:		RUA JOÃO AVELINO MARIA			
INFORMAÇÕES TÉCNICAS:		TRECHO: ENTRE A AVENIDA BEIRA RIO ATÉ O ASFALTO EXISTENTE			
EXTENSÃO: 330,00m		ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²			
LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO: 5,00m		ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m²			
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:					
FELIPE JACOBS POCEBON		Assinado de forma digital por FELIPE POCEBON\01616356014			
FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451		GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449			
DATA:		FEVEREIRO/2024		ÁREA:	
				ESCALA:	
				EM PLANTA	
				PRANCHA:	
				01	



LOCALIZAÇÃO DA USINA C.B.U.Q.

**DMT MÉDIA ENTRE AS 3 USINAS OPERANTE MAIS PRÓXIMA
A OBRA: 21,53 Km**

QUADRO DE USINAS E DMTs		
USINA	MUNICÍPIO	DISTÂNCIA
CONPASUL	ESTRELA/RS	12,4 Km
COESUL	TRIUNFO/RS	47,5 Km
PAP	LAJEADO/RS	4,7 Km
DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE		21,53 Km

OBS.: A USINA DA EMPRESA GIOVANELLA SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FORQUETINHA ENCONTRA-SE FORA DE OPERAÇÃO E USO.

	
FELIPE JACOBS POCEBON Engenheiro Civil CREA/RS 222.451	GABRIEL BAIERLE Engenheiro Civil CREA/RS 222.449
Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800 E-mail: contato@fgenhenharia.rs.com.br Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Collinas/RS	
PROJETO: ENGENHARIA	
PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO	
CONTEÚDO DA PRANCHA:	
LOCAL: RUA JOÃO AVELINO MARIA	
TRECHO: ENTRE A AVENIDA BEIRA RIO ATÉ O ASFALTO EXISTENTE	
INFORMAÇÕES TÉCNICAS:	
EXTENSÃO: 330,00m	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²
LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO: 5,00m	ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m²
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:	
FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014	☒ Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014
FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451	GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449
DATA: FEVEREIRO/2024	ÁREA: ESCALA: EM PLANTA
PRANCHA: 02	

Engenheiro Civil
CREA/RS 222.451

GABRIEL BAIERL
Engenheiro Civil
CREA/RS 222.449

FG
ENGENHARIA

Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800
E-mail: contato@fngengenheiros.com.br
Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS

PROJETO:

PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTOS

CONTEÚDO DA PRANCHA:

LOCAL

RUA JOÃO AVELINO MARIA

TRECHO: ENTRE A AVENIDA BEIRA RIO ATÉ O ASFALTO EXISTENTE

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

SÃO: 330,00m

ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²

LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO: 5,00m

ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS
JACOBS POCEBON:01616356014

FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451

GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.44

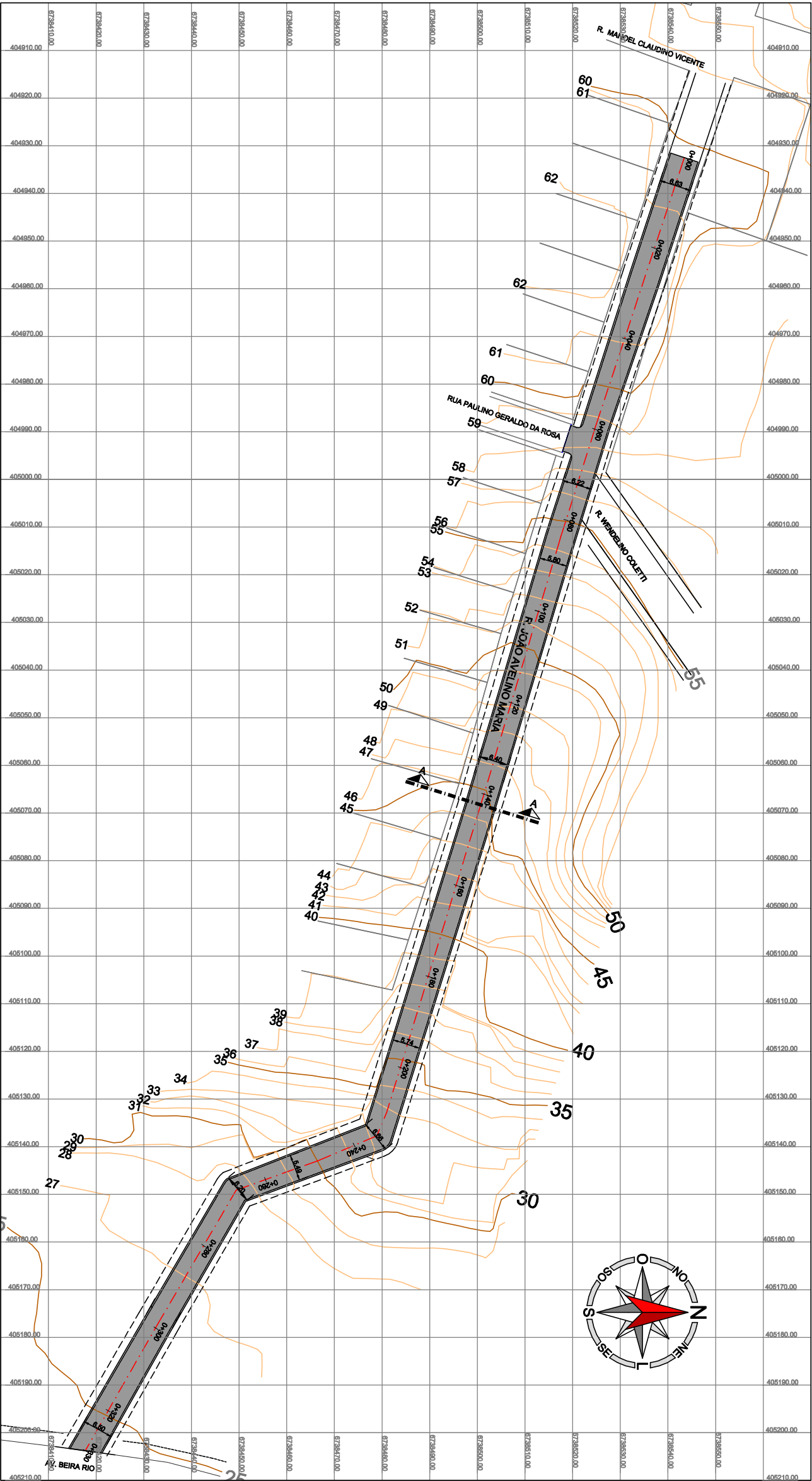
DATA

FEVEREIRO/2024

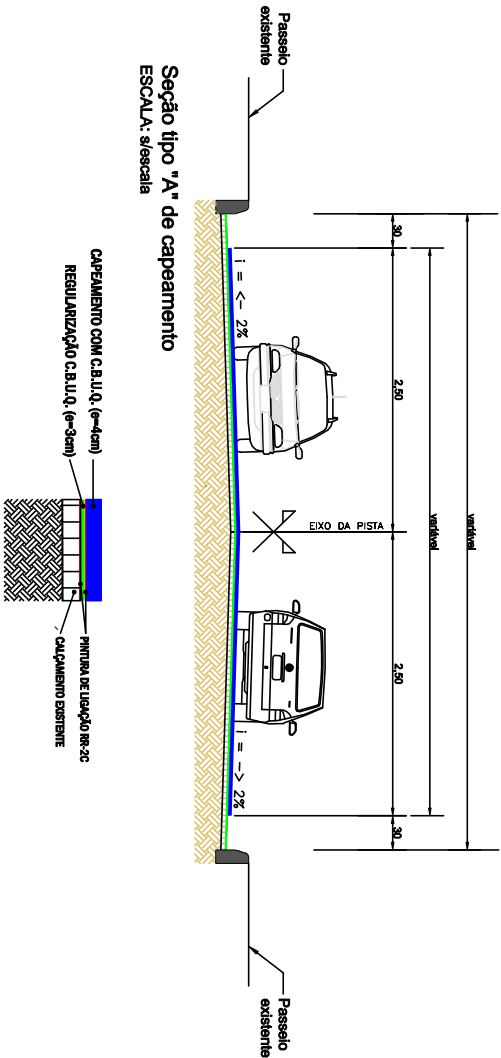
ÁREA:

ESCALA

EM PLANT,



PROJETO GEOMÉTRICO DE CAPEAMENTO ASFÁLTICO
Escala: 1/1000



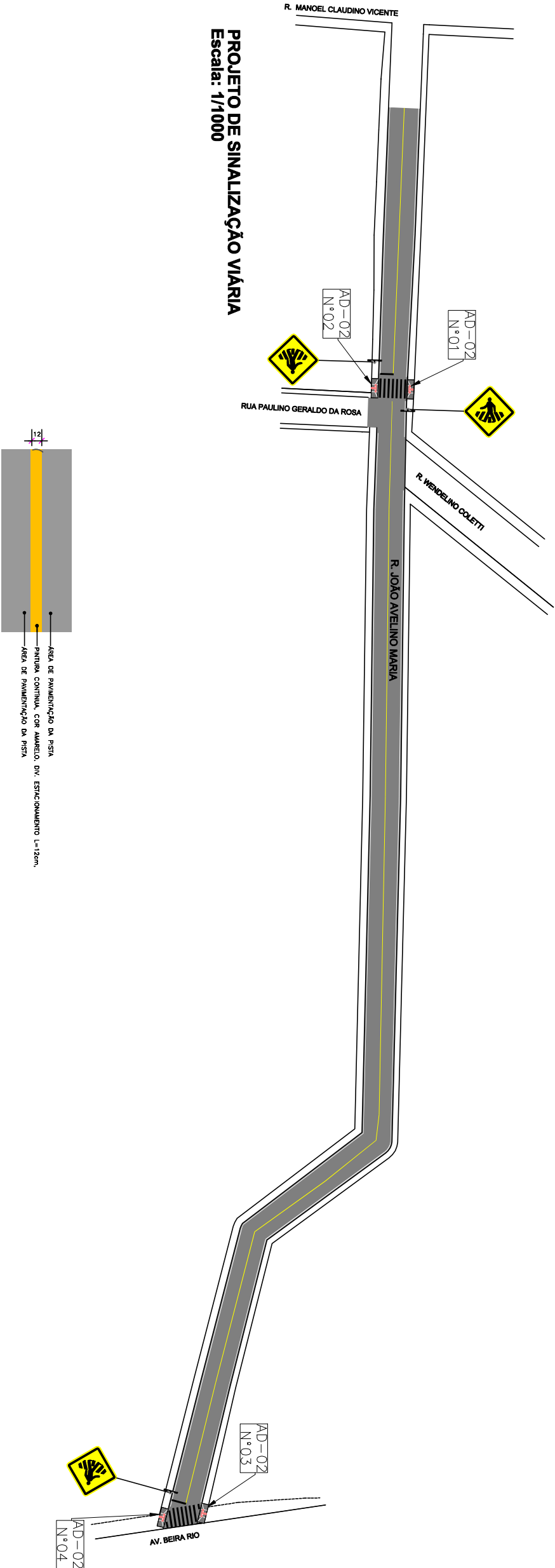
- OBS:
- A etapa de regularização com asfalto, deverá ser espalhada e executada com motoniveladora de modo a preencher as fendas com impermeabilização longitudinal e transversal. Deve ser feito dentro do limite entre os meios-fios.
 - A camada de capeamento deve ser executada com afastamento de 0,30m do meio fio, espessura de 4cm compactado. Deve ser executada com vibracabadora.
 - Nos locais de falta de segurança prever o acabamento na largura e não deixando degrau para a rampa de acesso de deficientes.

		FELIPE JACOBS POCEBON Engenheiro Civil CREA/RS 222.451		GABRIEL BAIERLE Engenheiro Civil CREA/RS 222.449	
FG ENGENHARIA		Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800 E-mail: contato@fgengenharias.com.br Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS			
PROJETO: PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO					
CONTEÚDO DA PRANCHA: TRECHO: ENTRE A AVENIDA BEIRA RIO ATÉ O ASFALTO EXISTENTE					
LOCAL: RUA JOÃO AVELINO MARIA					
INFORMAÇÕES TÉCNICAS:		ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²			
EXTENSÃO: 330,00m		ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m²			
LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO: 5,00m					
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:					
FELIPE JACOBS POCEBON		Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON:01616356014			
POCEBON:01616356014					
FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451		GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449			
PRANCHA: 03					
DATA: FEVEREIRO/2024		ÁREA:		ESCALA: EM PLANTA	

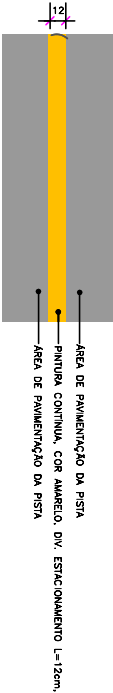


PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

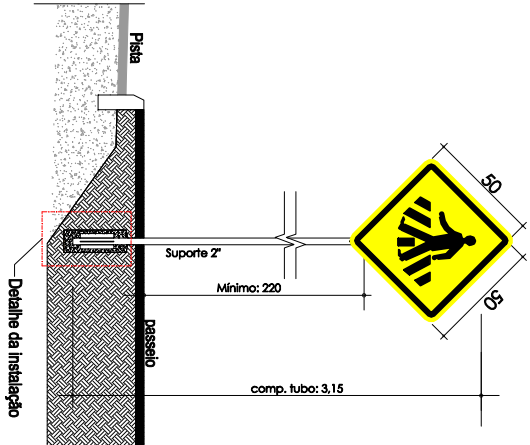
Escala: 1/1000



LEGENDA:

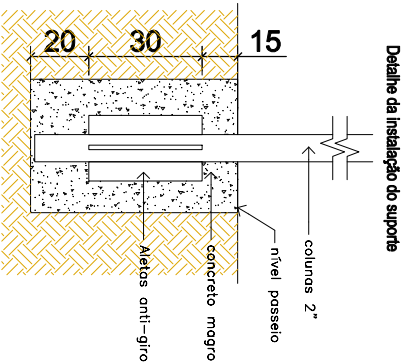


AD-02 N°01 = ACESSO DEFICIENTE TIPO 01
16 unidades



Detalhe do posicionamento das placas

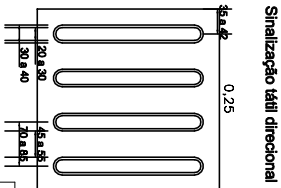
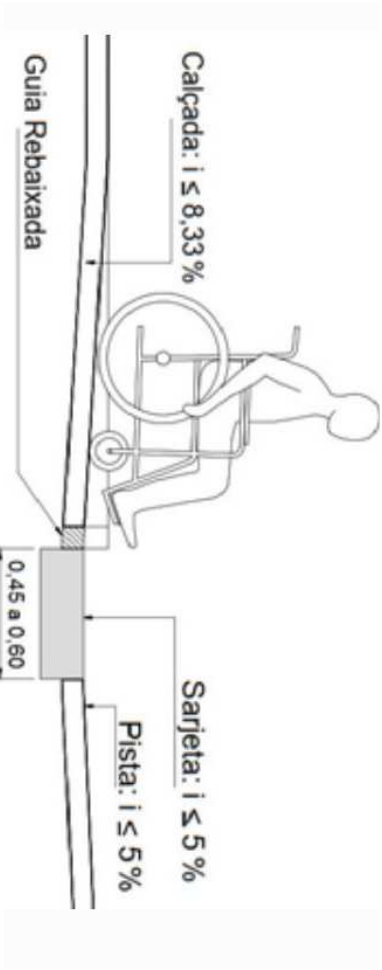
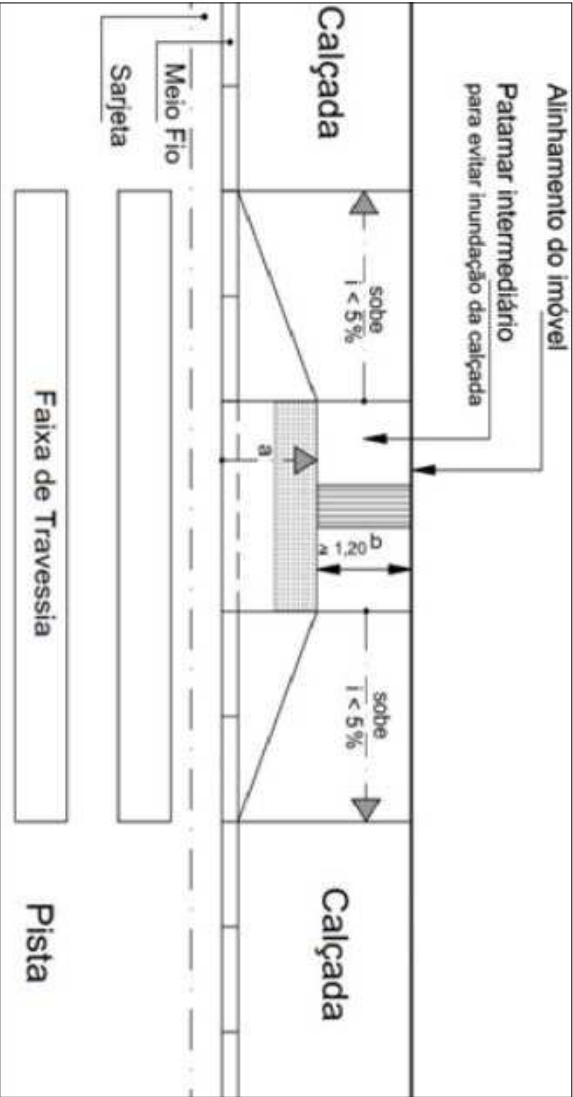
Área da placa: 0,25m²
Comprimento do tubo: 3,15 metros
Obs.: Medidos em cm.



Detalhe da instalação do suporte

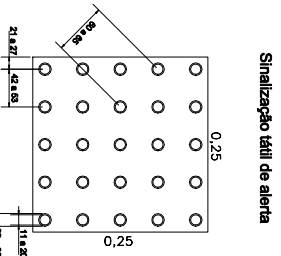
OBSERVAÇÃO: DIMENSÕES EM CENTÍMETROS

 FELIPE JACOBS POCEBON Engenheiro Civil CREA/RS 222.451 GABRIEL BAIERLE Engenheiro Civil CREA/RS 222.449	
FG ENGENHARIA Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800 E-mail: contato@fgengenharias.com.br Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS	
PROJETO: PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO	
CONTEÚDO DA PRANCHA:	
LOCAL: RUA JOÃO AVELINO MARIA	
TRECHO: ENTRE A AVENIDA BEIRA RIO ATÉ O ASFALTO EXISTENTE	
INFORMAÇÕES TÉCNICAS:	
EXTENSÃO: 330,00m	ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²
LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO: 5,00m	ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m²
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:	
FELIPE JACOBS POCEBON	
POCEBON/01616356014	
Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON/01616356014	
FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451	
GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449	
PRANCHA:	
04	



	Mínimo mm	Máximo mm
Largura de base o relevo	30	40
Largura do topo	20	30
altura do relevo *	4	5
Distância horizontal entre centros de relevo	70	85
Distância horizontal entre bases de relevo	45	55

*quando em placas sobrepostas a altura do relevo deve ser 3



	Mínimo mm	Máximo mm
Diâmetro de base do relevo	22	30
Distância horizontal entre centro de relevo	42	53
Distância diagonal entre centro de relevo	60	75
Altura do relevo	03	05



FELIPE JACOBS POCEBON
Engenheiro Civil
CREA/RS 222.451

GABRIEL BAIERLE
Engenheiro Civil
CREA/RS 222.449

FG
ENGENHARIA

Fone/Whatsapp: (51) 99416-6800
E-mail: contato@fgengenharias.com.br
Rua Parobé, nº 467 - Bairro Centro - Colinas/RS

PROJETO DE INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO

PROJETO:

CONTEÚDO DA PRANCHA:

LOCAL:

RUA JOÃO AVELINO MARIA
TRECHO: ENTRE A AVENIDA BEIRA RIO ATÉ O ASFALTO EXISTENTE

INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

EXTENSÃO: 330,00m
LARGURA DA PISTA DE ROLAMENTO: 5,00m
ÁREA DE REGULARIZAÇÃO: 1.975,00m²
ÁREA DE RECAPEAMENTO: 1.790,00m²

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

FELIPE JACOBS
POCEBON01616356014

Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS POCEBON01616356014

FELIPE JACOBS POCEBON - CREA/RS 222.451

GABRIEL BAIERLE - CREA/RS 222.449

DATA:

FEVEREIRO/2024

ÁREA:

ESCALA:

EM PLANTA

PRANCHA:

05



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA							
OBRA:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA		DATA :	09/01/2024	BDI :	24,23%	
DESCRIÇÃO:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA EXTENSÃO: 310,00 METROS ÁREA DE CAPEAMENTO: 1.790,00M²		FONTE	VERSÃO	HORA	MES	DATA REF.
			SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%	69,79%	03/2024
			Composições	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
LOCAL:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA						
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO						

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
1		IMPLANTAÇÃO DA OBRA						8.641,89	3,22
1.1	CP	MOBILIZAÇÃO DE OBRA		UNID	1,00	1.950,82	2.423,50	2.423,50	0,90
1.2	CP	ADMINISTRACAO LOCAL DA OBRA		MES	2,00	1.550,10	1.925,69	3.851,38	1,44
1.3	00004813	PLACA DE OBRA PADRÃO CEF (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *3,00X 1,5* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	SINAPI	M2	4,50	250,00	310,58	1.397,61	0,52
1.4	103694	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE MADEIRA PARA PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM SOLO, COM H= DE 2,5 M E SEÇÃO DE 7,5 X 7,5 CM. AF_03/2022	SINAPI	UN	2,00	105,61	131,20	262,40	0,10
1.5	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	SINAPI	UN	50,00	11,38	14,14	707,00	0,26
2		PAVIMENTAÇÃO						247.710,99	92,36
2.1	CP	LIMPEZA E VARRIÇÃO DE PISTA		M2	1.975,00	2,68	3,33	6.576,75	2,45
2.2	C.P.	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019		M2	1.975,00	2,64	3,28	6.478,00	2,42
2.3	102330	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 106KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	1.997,29	1,43	1,78	3.555,18	1,33
2.4	C.P.	EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO SOBRE CALÇAMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, (ESP.: 3CM) - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE		M3	59,25	1.337,73	1.661,86	98.465,21	36,71
2.5	C.P.	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019		M2	1.790,00	2,64	3,28	5.871,20	2,19
2.6	C.P.	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, RECOMP. ÁREA FRESAGEM (ESP.: 4CM) - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE		M3	71,60	1.337,73	1.661,86	118.989,18	44,36
2.7	95876	TRANSPORTE MASSA ASFÁLTICA COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 21,53 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	SINAPI	M3XKM	2.817,20	2,22	2,76	7.775,47	2,90
3		SINALIZAÇÃO VIÁRIA						4.840,89	1,80
3.1	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	SINAPI	M	301,00	5,71	7,09	2.134,09	0,80
3.2	92342	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, (2 1/2"), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	M	9,45	120,49	149,68	1.414,48	0,53
3.3	00034723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	SINAPI	M2	0,75	577,50	717,43	538,07	0,20

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
	OBRA:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA					DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%	
	DESCRIÇÃO:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA EXTENSÃO: 310,00 METROS ÁREA DE CAPEAMENTO: 1.790,00M²					FONTE	VERSÃO	HORA	MES DATA REF.
	LOCAL:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA					SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%	69,79% 03/2024
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO					Composições	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
3.4	102509	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA (ÁREAS ESPECIAIS) TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	SINAPI	M2	26,40	23,00	28,57	754,25	0,28
4	SERVIÇOS FINAIS E ACESSIBILIDADE							7.015,94	2,62
4.1	CP	IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSO DEF. FIS. TIPO 01 -TRAPEZOIDAL - (ABNT 9050)		UNID	4,00	683,38	848,96	3.395,84	1,27
4.2	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	SINAPI	M	620,00	1,55	1,93	1.196,60	0,45
4.3	CP	DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA		UNID	1,00	1.950,82	2.423,50	2.423,50	0,90
								VALOR BDI TOTAL:	52.325,59
								VALOR ORÇAMENTO:	215.884,12
								VALOR TOTAL:	268.209,71

FELIPE JACOBS
POCEBON:016
16356014

Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS
POCEBON:01616356014

Este documento foi assinado digitalmente por NATANIEL ZAVATTA e MARCELO CAUANO.

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA													
	OBRA:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA					DATA :		09/01/2024		BDI :		24,23%	
	DESCRIÇÃO:	CAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS TRECHO: ENTRE A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA EXTENSÃO: 184,00 METROS ÁREAS: CALÇAMENTO EXISTENTE: 1.142,00,00M² ÁREA DE CAPEAMENTO: 962,00M²					FONTE	VERSÃO		HORA	MES	DATA REF.		
							SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO		112,88%	69,79%	03/2024		
							Composições	PRÓPRIA		0,00%	0,00%			
LOCAL:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS													
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS													

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
1	IMPLANTAÇÃO DA OBRA							4.442,53	3,350
1.1	CP	MOBILIZAÇÃO DE OBRA - MÁQUINAS E QUIPAMENTOS		UNID	1,00	755,25	938,25	938,25	0,710
1.2	CP	ADMINISTRACAO LOCAL DA OBRA		MES	1,00	1.285,22	1.596,63	1.596,63	1,210
1.3	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	SINAPI	UN	80,00	11,38	14,14	1.131,20	0,850
1.4	00004813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	SINAPI	M2	2,50	250,00	310,58	776,45	0,590
2	PAVIMENTAÇÃO							118.272,20	89,310
2.1	C.P.	LIMPEZA E VARRIÇÃO DE PISTA		M2	1.142,00	2,68	3,33	3.802,86	2,870
2.2	C.P.	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA		M2	1.142,00	2,64	3,28	3.745,76	2,830
2.3	102330	TRANSPORTE COM CAMINHÃO TANQUE DE TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO DE 30000 L, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 106 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	SINAPI	TXKM	935,99	1,43	1,78	1.666,06	1,260
2.4	95995	EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO SOBRE O CALÇAMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, ESP.: 2CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	SINAPI	M3	22,84	1.337,73	1.661,86	37.956,88	28,660
2.5	C.P.	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C		M2	962,00	2,64	3,28	3.155,36	2,380
2.6	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO (ESP.: 4CM) - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	SINAPI	M3	38,48	1.337,73	1.661,86	63.948,37	48,290
2.7	95875	TRANSPORTE MASSA ASFÁLTICA COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT 21,8 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	SINAPI	M3XKM	1.336,76	2,41	2,99	3.996,91	3,020
3	SINALIZAÇÃO VIÁRIA							3.059,76	2,310
3.1	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	SINAPI	M	155,00	5,71	7,09	1.098,95	0,830
3.2	00034723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	SINAPI	M2	0,50	577,50	717,43	358,72	0,270
3.3	92342	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 65 (2 1/2"), FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	SINAPI	M	6,30	120,49	149,68	942,98	0,710

	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA															
	OBRA:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA					DATA :		09/01/2024		BDI :		24,23%			
	DESCRIÇÃO:	CAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS TRECHO: ENTRE A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA EXTENSÃO: 184,00 METROS ÁREAS: CALÇAMENTO EXISTENTE: 1.142,00,00M² ÁREA DE CAPEAMENTO: 962,00M²					FONTE		VERSÃO		HORA		MES		DATA REF.	
							SINAPI		2024/01 SEM DESONERAÇÃO		112,88%		69,79%		03/2024	
							Composições		PRÓPRIA		0,00%		0,00%			
LOCAL:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS															
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS															

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	PESO (%)
						SEM BDI	COM BDI		
3.4	102509	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	SINAPI	M2	23,07	23,00	28,57	659,11	0,50
4	ACESSIBILIDADE E ETAPA FINAL							6.649,37	5,02
4.1	CP	IMPLANTAÇÃO DE RAMPA DE ACESSO DEF. FIS. TIPO 02 (ABNT 9050)		UNID	4,00	1.011,04	1.256,01	5.024,04	3,79
4.2	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	SINAPI	M	356,00	1,55	1,93	687,08	0,52
4.3	C.P.	DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA		UNID.	1,00	755,25	938,25	938,25	0,71
								VALOR BDI TOTAL:	25.828,50
								VALOR ORÇAMENTO:	106.595,36
								VALOR TOTAL:	132.423,86

FELIPE JACOBS
POCEBON:01616356014

Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS
POCEBON:01616356014

Este documento foi assinado digitalmente por NATANALL ZINATA e MARCELO CAUNO.



COMPOSIÇÃO DO BDI

OBRA:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%		
		FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
DESCRIÇÃO:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA EXTENSÃO: 310,00 METROS ÁREA DE CAPEAMENTO: 1.790,00M²	SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%	69,79%	03/2024
		Composição	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
LOCAL:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA					
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS Coordenadoria de Captação e Projetos Especiais CNPJ: 87.297.982/0001-03 - FONE: (51) 3 9821-071 e-mail: coordenadoria.captcao@lajeado.rs.gov.br					

COD	DESCRIÇÃO	%
	Benefício	
S + G	Garantia/seguros	0,74
L	Lucro	8,69
	TOTAL	9,43

	Despesas Indiretas	
AC	Administração central	4,35
DF	Despesas financeiras	1,21
R	Riscos	0,90
	TOTAL	6,46

I	Impostos	
	COFINS	3,00
	ISS	2,50
	PIS	0,65
	TOTAL	6,15

BDI = 24,23%

$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

FELIPE JACOBS Assinado de forma
digital por FELIPE
POCEBON:016 JACOBS
16356014 POCEBON:016163560
14



	COMPOSIÇÃO DO BDI						
	OBRA:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%		
			FONTE	VERSÃO	HORA	MES	REF.
			SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%	69,79%	03/2024
			Composição	PRÓPRIA	0,00%	0,00%	
DESCRIÇÃO:	CAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS TRECHO: ENTRE A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAÍDES DA ROCHA EXTENSÃO: 184,00 METROS ÁREAS: CALÇAMENTO EXISTENTE: 1.142,00,00M² ÁREA DE CAPEAMENTO: 962,00M²						
LOCAL:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS						
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS						

COD	DESCRIÇÃO	%
Benefício		
S + G	Garantia/seguros	0,74
L	Lucro	8,69
	TOTAL	9,43
Despesas Indiretas		
AC	Administração central	4,35
DF	Despesas financeiras	1,21
R	Riscos	0,90
	TOTAL	6,46
Impostos		
I	COFINS	3,00
	ISS	2,50
	PIS	0,65
	TOTAL	6,15

BDI = 24,23%

$$\frac{(1 + AC + S + R + G) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

FELIPE JACOBS
 POCEBON:016
 16356014

Assinado de forma
 digital por FELIPE
 JACOBS
 POCEBON:01616356014



TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

OBRA:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%	
DESCRIÇÃO:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA EXTENSÃO: 310,00 METROS ÁREA DE CAPEAMENTO: 1.790,00M²	SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%	69,79%
LOCAL:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	Composição	PRÓPRIA	0,00%	0,00%
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS Coordenadoria de Captação e Projetos Especiais CNPJ: 87.297.982/0001-03 - FONE: (51) 3 9821-071 e-mail: coordenadoria.captcao@lajeado.rs.gov.br				

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	36,80	36,80
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93	0,00
B2	Feriados	4,24	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85	0,64
B4	13º Salário	11,02	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,55	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	11,56	8,74
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
	TOTAL	48,08	18,42
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,59	3,47
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,08
C3	Férias Indenizadas	2,26	1,71
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,55	1,93
C5	Indenização Adicional	0,39	0,29
	TOTAL	9,90	7,48
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	17,69	6,78
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,41	0,31
	TOTAL	18,10	7,09

A + B + C + D = 112,88 69,79

FELIPE JACOBS
POCEBON:016
16356014

Assinado de forma
digital por FELIPE
JACOBS
POCEBON:01616356
014

Este documento foi assinado digitalmente por NATANAEL ZAVATTA e MARCELO CAUMO.





TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

OBRA:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%	
		FORTE	VERSÃO	HORA	MES
DESCRIÇÃO:	CAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS TRECHO: ENTRE A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA EXTENSÃO: 184,00 METROS ÁREAS: CALÇAMENTO EXISTENTE: 1.142,00,00M² ÁREA DE CAPEAMENTO: 962,00M²	SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%	69,79%
		Composição	PRÓPRIA	0,00%	0,00%
LOCAL:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS				
CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS				

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	36,80	36,80
B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93	0,00
B2	Feridos	4,24	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,85	0,64
B4	13º Salário	11,02	8,33
B5	Licença Paternidade	0,06	0,04
B6	Faltas Justificadas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,55	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,08
B9	Férias Gozadas	11,56	8,74
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
	TOTAL	48,08	18,42
C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,59	3,47
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11	0,08
C3	Férias Indenizadas	2,26	1,71
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,55	1,93
C5	Indenização Adicional	0,39	0,29
	TOTAL	9,90	7,48
D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	17,69	6,78
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,41	0,31
	TOTAL	18,10	7,09

A + B + C + D = 112,88 69,79

FELIPE JACOBS
POCEBON:0161
6356014

Assinado de forma
digital por FELIPE
JACOBS
POCEBON:01616356014

Este documento foi assinado digitalmente por NATANAEL ZAVATTA e MARCELO CAUMO.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
	OBRA:	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA DESCRIÇÃO: CAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS TRECHO: ENTRE A RUA JOÃO AVELINO MARIA E PASSANDO A RUA ORAIDES DA ROCHA EXTENSÃO: 184,00 METROS ÁREAS: CALÇAMENTO EXISTENTE: 1.142,00,00M² ÁREA DE CAPEAMENTO: 962,00M² LOCAL: RUA PAULINO GERALDO DA ROSA - BAIRRO CONSERVAS CLIENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO/RS	DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%
			FONTE	VERSÃO	HORA
			SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%
			Composição	PRÓPRIA	0,00%
					MES
					REF.
					03/2024
					69,79%
					0,00%

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	Total parcela
1	IMPLANTAÇÃO DA OBRA	4.442,53	100,00 %		100,00 %
			4.442,53		4.442,53
2	PAVIMENTAÇÃO	118.272,20	50,00 %	50,00 %	100,00 %
			59.136,10	59.136,10	118.272,20
3	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	3.059,76		100,00 %	100,00 %
				3.059,76	3.059,76
4	ACESSIBILIDADE E ETAPA FINAL	6.649,37		100,00 %	100,00 %
				6.649,37	6.649,37
132.423,86			63.578,63	68.845,23	132.423,86
			63.578,63	132.423,86	

FELIPE JACOBS
POCEBON:016
16356014

Assinado de forma
digital por FELIPE
JACOBS
POCEBON:0161635
6014

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO					
	OBRA:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	DATA : 09/01/2024		BDI : 24,23%
	DESCRIÇÃO:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA EXTENSÃO: 310,00 METROS ÁREA DE CAPEAMENTO: 1.790,00M²	FONTE	VERSÃO	HORA
	LOCAL:	RUA JOÃO AVELINO MARIA - BAIRRO CONSERVAS INFRAESTRUTURA URBANA - CAPEAMENTO ASFÁLTICO DE VIA URBANA	SINAPI	2024/01 SEM DESONERAÇÃO	112,88%
	CLIENTE:	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO	Composição	PRÓPRIA	0,00%
				MES	REF.
				69,79%	03/2024
				0,00%	

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	Total parcela
1	IMPLANTAÇÃO DA OBRA	8.641,89	50,00 %	50,00 %	100,00 %
			4.320,95	4.320,94	8.641,89
2	PAVIMENTAÇÃO	247.710,99	50,00 %	50,00 %	100,00 %
			123.855,50	123.855,49	247.710,99
3	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	4.840,89	50,00 %	50,00 %	100,00 %
			2.420,45	2.420,44	4.840,89
4	SERVIÇOS FINAIS E ACESSIBILIDADE	7.015,94	50,00 %	50,00 %	100,00 %
			3.507,97	3.507,97	7.015,94
		268.209,71	134.104,87	134.104,84	268.209,71
			134.104,87	268.209,71	

FELIPE JACOBS
POCEBON:016
16356014

Assinado de forma digital por FELIPE JACOBS
POCEBON:01616356014

ANEXO 12

LEI MUNICIPAL Nº 8.428, DE 06/09/2010

Dispõe sobre a colocação de placa informativa em obras públicas municipais.

CARMEN REGINA PEREIRA CARDOSO, Prefeita Municipal de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Em toda e qualquer obra pública municipal, inclusive reformas, será afixada pelo responsável pela execução da obra, placa informativa com os seguintes dados: (Redação dada pela Lei nº **11.548/2023**)

I - natureza da obra;

II - nome da empresa que está executando a obra;

III - custo previsto e procedência dos recursos financeiros;

IV - data de início da obra e prazo previsto para a conclusão;

V - responsável técnico da empresa diretamente ligado à obra em questão;

VI - número de telefone de contato para reclamações.

VII - licença ambiental e/ou florestal que autorizou a obra. (Redação acrescida pela Lei nº **10.426/2017**)

VIII - QR Code com link para página com informações sobre a obra. (Redação acrescida pela Lei nº **11.548/2023**)

Art. 2º A placa a que se refere o artigo 1º medirá, no mínimo, 1,30 m (um metro e trinta centímetros) de altura por 2,10 (dois metros e dez centímetros de comprimento), e será afixada em local visível pela população, no máximo 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, devendo ser mantida em perfeito estado de conservação durante todo o tempo de execução da obra, cabendo à empresa vencedora da licitação, no caso de obras contratadas, os encargos com a colocação e manutenção da mesma.

Art. 3º Na referida placa não poderá constar nomes, símbolos de qualquer natureza ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos, sob pena de responsabilidades e penas previstas em lei.

Art. 4º No caso do responsável pela execução da obra não ter afixado a placa informativa a que se refere o artigo 1º ou a tenha colocado desrespeitando as normas previstas nesta lei, será notificado para, dentro de cinco dias, colocá-la ou retificá-la.

Art. 5º Caso a determinação não seja cumprida no prazo estipulado no artigo anterior, ficam os seus responsáveis sujeitos as seguintes penalidades:

I - Em se tratando de autoridade ou servidor público, ao mesmo serão aplicadas as responsabilidades e penas previstas em lei.

II - No caso de terceiros contratados pelo poder público, será aplicada multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo aplicada em dobro em caso de reincidência, reajustáveis anualmente pelo índice de preços ao consumidor (IPCA), ou por outro indexador que vier a substituí-lo ou modificá-lo por força de lei.

Art. 6º O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a presente lei, no que julgar necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 06 de setembro de 2010.

Carmen Regina Pereira Cardoso,
Prefeita.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Eliana Ahlert Heberle,

Secretária de Administração.

ANEXO 13

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL
Nº

O **MUNICÍPIO DE LAJEADO/RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.297.982/0001-03, aqui representado pelo Prefeito, Sr. Marcelo Caumo, brasileiro, CPF nº 928.169.670-34, residente e domiciliado em Lajeado/RS, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, neste ato representada por seu(a) responsável legal, Sr(a)., inscrito(a) no CPF sob o nº, residente e domiciliado(a), doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS JOÃO ÁVELINO MARIA E PAULINO GERALDO DA ROSA, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº09032023 E CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, de acordo com o Edital da Concorrência da Forma Eletrônica nº 05/2024 e seus anexos, em especial, Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Projetos e Cronograma Físico-Financeiro constantes no Processo Licitatório nº 2023/38800, elaborada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO E CAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS RUAS JOÃO ÁVELINO MARIA E PAULINO GERALDO DA ROSA, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº09032023 E CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO EXECUTIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Contrato, no Edital de Licitação na modalidade de Concorrência na Forma Eletrônica nº 01/2024 e na proposta da CONTRATADA.

1.2. O objeto deste Contrato terá execução indireta no regime de empreitada por menor preço global, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei 14.133/21.

1.3. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:Ruas João Avelino Maria e Paulino Geraldo da Rosa, do Município de Lajeado/RS.

1.4. Independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento, guardada a necessária conformidade entre eles, o Edital da Concorrência Eletrônica nº 05/2024 e seu Anexos, o Projeto Básico, o Termo de Referência, as Especificações Técnicas, o Projeto Executivo, a Planilha Orçamentária, o Cronograma Físico-Financeiro, bem como a proposta da CONTRATADA, tudo constante no Processo Eletrônico nº 2023/40957 .

1.5. O preço global para a execução da obra é os apresentados abaixo:

Item	Especificação	Quant	Unid	Valor
------	---------------	-------	------	-------

1	RUA AVELINO MARIA COM ÁREA TOTAL DE 1.790,00 M²	1	SERVIÇOS	R\$
2	RUA PAULINO GERALDO DA ROSA CAPEAMENTO ASFÁLTICO COM ÁREA TOTAL DE 1.142.00,00 M²	1	SERVIÇOS	R\$
VALOR TOTAL				R\$

1.6. No preço acima estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, materiais, sinalização, equipamentos e ferramentas, instalação de canteiro, mão-de-obra, taxas devidas a órgãos públicos, inclusive ligação provisória de água e energia, capacitação, transporte, entre quaisquer outros custos decorrentes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, contados da assinatura deste Contrato.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA.

2.3. Os prazos deste contrato serão contados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa orçamentária da execução deste Contrato correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
07.01.15.451.0004.1010 - Abertura e Pavimentação de Vias e Acessos
4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

4.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE garantia para este Contrato, conforme art.96, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021, no valor de R\$......, correspondente a 5% (cinco por cento) incidentes sobre o valor total do Contrato, acrescido de garantia adicional para os casos previstos no art.59, §5º, da mesma Lei, e os documentos: PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), válidos e implementados.

4.2. A Apólice do Seguro de Risco de Engenharia terá vigência superior à vigência do contrato, devendo cobrir eventuais prejuízos de ordem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, tumultos, desentulho, responsabilidade civil e danos morais.

4.3. Quando houver abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a fiscalização deste Contrato comunicará tal fato à seguradora e/ou à fiadora, via e-mail, bem

como encaminhará as decisões finais de última instância administrativa.

4.4. Na hipótese de prorrogação contratual a garantia deverá ser renovada com prazo de vigência três meses superior ao da prorrogação e na hipótese de aditivo ou reajuste contratual a garantia deverá ser reforçada.

4.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 4.6.

4.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

4.8. A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

4.8.1. caso fortuito ou força maior;

4.8.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

4.8.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

4.8.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

4.8.4.1. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 4.8.3 e 4.8.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CONTRATANTE.

4.9. Será considerada extinta a garantia:

4.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato ou após o término da vigência do contrato;

4.9.2. com o término da vigência deste Contrato, observado o prazo previsto no subitem 4.1 que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo para início da execução do serviço é de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.

5.2. O prazo para entrega definitiva das obras é de 02 (dois) meses, a contar do 1º dia útil posterior à data do recebimento da Ordem de Serviço que será realizada pelo engenheiro civil responsável pela obra.

OBS: A ordem de serviço só será concedida após a emissão da Nota de Empenho.

5.3. Os serviços deverão ser executados conforme Cronograma de Execução.

5.4. Durante toda execução da obra, o canteiro e os locais onde os serviços estarão sendo executados deverão ser mantidos limpos e organizados visando minimizar os impactos ao funcionamento da unidade.

5.5. Após assinatura do Contrato, o Gestor emitirá a Ordem de Serviço e agendará a reunião inicial de alinhamento.

5.6. CRONOGRAMA

5.6.1. A CONTRATADA deverá efetuar seu próprio planejamento para a obra, considerando a produtividade de suas equipes, equipamentos e ferramentas, sem exceder o prazo de execução estipulado neste Contrato e no Projeto Básico.

5.6.2. O cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA servirá como base também para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.

5.6.3. Caso haja termo aditivo durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá entregar novos cronogramas em até **10 dias úteis**, após a assinatura do aditivo.

5.6.4. Por ocasião da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar cronograma físico-financeiro detalhado e ajustado, discriminando todos os serviços da planilha orçamentária.

5.7. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

5.7.1. A CONTRATADA deverá manter no canteiro de obras, no mínimo, a equipe técnica prevista na planilha orçamentária.

5.7.2. Todos os profissionais da equipe técnica deverão possuir vínculo profissional com a CONTRATADA, a ser comprovado mediante apresentação, quando exigido, de documento que comprove vínculo de emprego, ou documento que comprove ser o profissional sócio da empresa, ou ainda, contrato civil de prestação de serviços.

5.7.3. Os profissionais técnicos deverão ser registrados no Conselho de Classe Profissional e deverão emitir a respectiva ART ou RRT de execução dos serviços, antes do início das atividades.

5.7.4. O pagamento da parcela relativa à administração da obra será realizado em valor proporcional à efetiva execução dos serviços medidos mensalmente.

5.7.5. No caso de antecipação do prazo previsto no cronograma, o valor estimado para equipe técnica será integralmente pago à CONTRATADA. No caso de atraso na execução do cronograma, por responsabilidade da CONTRATADA, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

5.8. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.8.1. Não será permitido a subcontratação, para a execução do objeto contratado, salvo sob a expressa anuência prévia do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS

6.1. Os casos não abordados nas especificações serão definidos pelo CONTRATANTE de maneira a manter o padrão de qualidade e prazos previstos para a contratação.

6.2. Nenhum trabalho adicional ou modificação do objeto poderá ser efetuado pela CONTRATADA, sem a autorização expressa do CONTRATANTE, respeitando todas as disposições e condições estabelecidas no Contrato.

6.3. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT devendo ser submetidos à aprovação do CONTRATANTE.

6.4. As referências e produtos referenciados nas plantas, especificações e listas de material admitem o equivalente, se devidamente comprovado seu desempenho por meio de testes e ensaios previstos por normas, desde que previamente aceitos pelo CONTRATANTE. Não serão aceitos materiais diversos dos que estão especificados, quando não houver o termo “referência” ou “equivalente” na planilha orçamentária. A equivalência indicada é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência e/ou acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia. A equivalência será avaliada pelo CONTRATANTE, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, juntamente com laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, com ônus para a CONTRATADA. As especificações constantes em planilha, onde aparecem a marca e o modelo, desprovidos do termo “ou equivalente/similar” deverão ser seguidas à risca, conforme caderno de especificações, pois, tratam-se de materiais padronizados pelo CONTRATANTE, não sendo aceito, portanto, marca ou modelo diverso.

6.5. A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

6.6. A remoção de todo entulho gerado na execução dos serviços, para local permitido pela Prefeitura Municipal, será feita pela CONTRATADA e o pagamento realizado em item específico da planilha orçamentária, conforme comprovação via recibo ou nota fiscal.

6.7. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de energia elétrica, adutoras, telefone, fibra ótica, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas do CONTRATANTE e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

6.8. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação dos demais serviços em execução até sua definitiva aceitação.

6.9. Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte do CONTRATANTE.

6.10. A equipe técnica da CONTRATADA, responsável pelos serviços, deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

6.11. A qualquer tempo a Fiscalização poderá solicitar, justificadamente, a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA, caso fique comprovado que sua conduta esteja prejudicando a execução da obra.

6.12. A CONTRATADA cuidará para que o local permaneça sempre limpo e organizado, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.

6.13. É obrigatório que a CONTRATADA promova e cumpra a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Tem-se, ainda, que observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

6.14. Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pelo CONTRATANTE, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da Fiscalização.

6.15. Para os serviços objetos destas especificações e projetos, caberá à CONTRATADA fornecer e conservar equipamento mecânico e o ferramental necessários, usar mão de obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço uma equipe homogênea e suficiente de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório dos serviços, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão dos serviços no prazo fixado.

6.16. Não será permitido que a equipe da CONTRATADA permaneça no local fora dos horários de trabalho definidos, exceto, quando houver, o posto de vigilante.

6.17. É da competência da CONTRATADA registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a Fiscalização, neste mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro.

6.18. A abertura do Diário de Obras deverá ser feita junto com a Fiscalização no dia de início dos serviços. Será tolerado um prazo máximo de 48 horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto. A partir desse prazo poderão ser aplicadas as sanções previstas neste termo de referência e demais documentos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Cabe ao CONTRATANTE o cumprimento das obrigações contidas no Projeto Básico, no Edital, além das que seguem:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA e que se refiram a questões surgidas no transcurso da obra, que não dependam de fatores que deveriam ter constado da proposta ou sido esclarecidos antes da apresentação desta.

7.1.3. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA ao local da obra.

7.1.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, por intermédio da Fiscalização, os trabalhos objeto deste Contrato, atuando no sentido de obter melhor resultado para os investimentos aplicados, cuidando para que os projetos, especificações, normas e demais interesses envolvidos sejam devidamente atendidos.

7.1.5. Transmitir todas as Ordens de Serviço ou comunicação da Fiscalização com a CONTRATADA, ou vice-versa, preferencialmente por intermédio do Diário de Obras, podendo, ainda, serem realizadas por meio eletrônico ou documento assinado pelas partes.

7.1.6. Rejeitar no todo ou em parte, os serviços e materiais entregues em desacordo com o objeto do Contrato.

7.1.7. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.8. Efetuar o pagamento correspondente a cada medição, com a comprovação das regularidades exigidas, em conformidade com o Cronograma de Execução da Obra/Serviços.

7.1.9. Aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

7.1.10. Fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas às obrigações contratuais.

7.1.11. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cabe à CONTRATADA o cumprimento das obrigações contidas no Projeto Básico, no Edital, além das que seguem:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra para representá-lo na execução do contrato.

8.1.2. Cumprir o objeto do presente instrumento, mediante o fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos e execução dos serviços em conformidade com as especificações constantes neste Contrato e no Projeto Básico.

8.1.3. Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

8.1.4. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.

8.1.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias em até 25% do valor inicial atualizado do Contrato, nas condições permitidas pela legislação.

8.1.6. Não subcontratar o objeto do presente Contrato sem prévia autorização do CONTRATANTE.

8.1.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a conclusão dos serviços.

8.1.8. Comprovar, mensalmente, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias, o recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social) pertinentes aos seus empregados alocados ao serviço decorrente do Edital.

8.1.9. Emitir as notas fiscais referentes ao valor das medições aprovadas pela fiscalização.

8.1.10. Fornecer e manter, no local da realização do serviço, Livro de Ordem, contendo os lançamentos e registros obrigatórios.

8.1.11. Fornecer e manter o Livro de Ordem, a cargo do responsável técnico, nos termos da Resolução CONFEA 1.094/2017.

8.1.12. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE.

8.1.13. Executar o objeto desta licitação com estrita observância às Normas Técnicas Brasileiras e à legislação vigente.

8.1.14. Empregar nos diversos serviços a serem executados materiais que atendam às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

8.1.15. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer execução deste Contrato;

8.1.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, qualquer dano que venha a surgir pelos serviços prestados;

8.1.17. Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços.

8.1.18. Apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço, os seguintes documentos:

8.1.18.1. Visto no Conselho Profissional da Categoria no estado do Rio Grande do Sul, nos casos de empresa registrada em outro estado da federação.

8.1.18.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), ou equivalente, referente à execução dos serviços objeto deste contrato.

8.1.18.3. Matrícula junto ao INSS – CNO, quando previsto na legislação vigente.

8.1.19. Na eventual realização de aditivos contratuais, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo de até 10 dias após a assinatura do Termo Aditivo, os seguintes documentos:

8.1.19.1. ART/RRT complementar referente aos serviços aditivados.

8.1.20. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a sinalização do local durante o período de execução da obra.

8.1.21. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos que venham a causar à Prefeitura Municipal de Lajeado ou a terceiros, decorrentes do não cumprimento do constante do item anterior ou da própria execução dos serviços contratados.

8.1.22. Disponibilizar e atualizar perante o CONTRATANTE, sempre que ocorrerem alterações, o endereço comercial, os telefones e a conta de e-mail, para fins de comunicação entre as partes.

8.1.23. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação.

8.1.24. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.1.25. Comprovar, como condição prévia à assinatura do Contrato e aditivos, durante a vigência Contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

8.1.25.1. Prestação da garantia contratual conforme Cláusula Quarta deste instrumento, bem como a garantia adicional em caso de aditivos contratuais que alterem o valor inicialmente contratado;

8.1.25.2. Os documentos: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO e o Programa de Gerenciamento de Riscos-PGR, devidamente assinados e válidos. Devendo a CONTRATADA, em caso de vencimento de qualquer destes durante a vigência deste instrumento, realizar sua reapresentação novamente com documentos assinados e com novo prazo de validade.

8.1.25.3. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

8.1.25.4. Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

8.1.23. É vedado à CONTRATADA:

8.1.23.1. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros (as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com servidores do Município de Lajeado, sob pena de rescisão contratual;

8.1.23.2. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;

8.1.23.3. Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do CONTRATANTE com atribuições específicas, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/21.

9.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações contratuais, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

9.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.4. O acompanhamento e fiscalização deste contrato serão realizados pelos agentes públicos Jackson Luis Waechter, que poderá ser contatado pelo telefone: (51) 3982-1325 ou e-mail: jackson.waechter@lajeado.rs.gov.br, que atuará como fiscal, e Fabiano Bergmann, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o qual atuará como gestor. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização, são exercidas de acordo com as seguintes disposições:

9.4.1. Gestor do Contrato: coordenar as atividades de fiscalização do contrato; indicar existência de recurso orçamentário nas hipóteses de aditivo contratual; analisar e decidir as demandas recebidas dos fiscais, acompanhadas de suas manifestações; acompanhar o prazo de execução e vigência do contrato; atestar a realização da despesa, após ateste do fiscal; encaminhar os autos conclusos para pagamento à Secretaria da Fazenda à unidade de orçamento e finanças; encaminhar à unidade competente documentos pertinentes à prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventuais aplicações de sanções e extinção do contrato.

9.4.2. Fiscal do Contrato: acompanhar a execução do contrato de acordo com o projeto básico; registrar todas as ocorrências e irregularidades relacionadas com a execução do contrato; acompanhar a regularidade da execução dos serviços e as ocorrências evidenciadas; comunicar ao Gestor do Contrato eventuais inadimplementos das obrigações contratuais, propondo aplicação de penalidades e, se for o caso, a rescisão contratual; solicitar à CONTRATADA correções e/ou substituições quando do recebimento de serviços divergentes do contrato; atestar a regularidade da prestação dos serviços e encaminhá-la ao Gestor do Contrato para ateste da despesa, realizar o recebimento provisório dos serviços; acompanhar a execução do contrato quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; analisar, por amostragem, os comprovantes de recolhimento mensal das

contribuições previdenciárias estabelecidas para o empregador e seus empregados; comprovantes de recolhimento mensal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; comprovante de pagamento de salários, vale- transporte, auxílio-alimentação e demais obrigações contidas na convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa; comunicar ao Gestor do Contrato eventuais inadimplementos das obrigações contratuais, recomendando a aplicação de penalidades; calcular multas; certificar a regularidade da documentação analisada e encaminhá-la ao Gestor do Contrato para atesto da despesa.

9.5. Será realizada com a CONTRATADA reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Contrato e no Projeto Básico, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

9.5.1. Apresentação do Preposto da empresa pelo representante legal da CONTRATADA. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

9.6. Poderá haver a nomeação de gestor e/ou fiscal substituto que atuará como titular do contrato na ausência e nos impedimentos eventuais e regulamentares do titular.

9.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato serão submetidas à apreciação da autoridade competente do CONTRATANTE, para adoção das medidas cabíveis.

9.8. É direito da Fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entender que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Contrato e no Projeto Básico, devendo a CONTRATADA reparar, corrigir ou substituir os serviços e peças rejeitados pela fiscalização, nos termos do art. 119 da Lei nº 14.133/21.

9.9. A fiscalização do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, consoante disposto no art. 117, §3º, da Lei 14.133/21.

9.10. Quaisquer exigências da FISCALIZAÇÃO, inerente ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

9.11. A FISCALIZAÇÃO exercida no interesse da Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

9.12. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

9.13. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será realizada por meio eletrônico, via e-mail, aplicativo de mensagens, por telefone e via correspondência, encaminhado aos endereços ou telefone indicado pelo Gestor e/ou Fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS MEDIÇÕES

10.1. Somente estarão sujeitos à medição e consequente pagamento os serviços constantes na Planilha Orçamentária e que tenham sido executados de acordo com Especificações Técnicas, Projetos, Normas Técnicas, regulamentos das empresas concessionárias e demais disposições legais.

10.2. A CONTRATADA deverá apresentar proposta de medição para análise da Fiscalização, que poderá realizar a glosa de serviços não aceitos.

10.3. Juntamente com a proposta de medição a CONTRATADA deverá enviar toda documentação exigida para a fiscalização técnica e administrativa listados na Cláusula Décima Primeira.

10.4. A proposta de medição deverá ser elaborada em planilha eletrônica, contendo os elementos constantes na planilha orçamentária e colunas com quantitativos e valores acumulados, acompanhada de memória de cálculo dos serviços prestados (inclusive acumulados) e um quadro resumo dos quantitativos dos serviços.

10.5. As medições serão elaboradas através de verificação “in loco”, ou ainda, de acordo com informações de projetos, desenhos de detalhes ou outros documentos de informação.

10.6. Não serão medidos serviços inacabados, com vícios ou notada má execução. Ocorrendo essa hipótese, a Fiscalização excluirá da medição proposta pela CONTRATADA os respectivos serviços, devendo esta corrigir todos os seus defeitos para inclusão em medições futuras.

10.7. Os materiais serão fornecidos pela CONTRATADA e pagos mediante a sua aplicação.

10.7.1. Excepcionalmente, mediante solicitação da CONTRATADA e análise da Fiscalização, os materiais relacionados abaixo, considerados críticos para execução do objeto, poderão ser pagos mediante entrega no canteiro de obra.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E PAGAMENTO

11.1. O CONTRATANTE, por meio do fiscal deste Contrato, realizará o acompanhamento e a supervisão dos serviços desenvolvidos pela CONTRATADA, zelando pelo efetivo cumprimento do padrão de qualidade, informando os desvios da normalidade, da qualidade, registrando as ocorrências e deficiências na prestação dos serviços.

11.2. O pagamento será realizado observando a seguinte sequência de fiscalização, atestes e encaminhamentos:

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

11.3. Antes de emitir a Nota Fiscal de serviços, a CONTRATADA deverá encaminhar ao Fiscal do Contrato relatório de medição dos serviços, acompanhado da via do CONTRATANTE do Diário de Obras referente ao período da medição (via e-mail).

11.4. O Fiscal terá o prazo de até **5 dias úteis**, para aprovar ou rejeitar a apólice apresentada, devendo notificar a CONTRATADA, discorrendo sobre os itens em que há divergência para corrigi-los/complementá-los, quando rejeitada.

11.5. De posse dos documentos, o Fiscal, após análise, autorizará a CONTRATADA para que emita a nota fiscal.

11.6. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal correspondente à medição e encaminhará ao Fiscal.

11.7. As Notas Fiscais (em formato PDF e XML), deverão informar endereço, CNPJ, número do contrato, os dados bancários para pagamento, a descrição clara do objeto do contrato (inclusive quanto à atividade econômica, seja CNAE e o item de LC166/2003), eventuais benefícios tributários e valores discriminados.

11.7.1. Os benefícios tributários não informados serão desconsiderados, nos termos da legislação pertinente.

11.7.2. Deverá ser utilizada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 44120400 (Construção de edifícios).

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

11.8. Para realização da fiscalização administrativa a CONTRATADA deverá enviar os seguintes documentos em Arquivo digital (em formato PDF) para pagamento de acordo com a medição:

- 11.8.1.** Comprovante de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e INSS;
- 11.8.2.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 11.8.3.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.8.4.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 11.8.5.** Certidão Negativa de Débitos Municipais; e
- 11.8.6.** Relação de empregados.

11.9. Para pagamento das demais medições serão exigidos os seguintes documentos:

- 11.9.1.** Comprovante de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal e INSS;
- 11.9.2.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- 11.9.3.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.9.4.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 11.9.5.** Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 11.9.6.** Comprovante de recolhimento do FGTS referente ao(s) mês(es) anterior(es) à medição;
- 11.9.7.** Comprovante de recolhimento do INSS referente ao(s) mês(es) anterior(es) à medição;
- 11.9.8.** Comprovante de pagamento de salários referente ao(s) mês(es) anterior(es) à medição (holerite devidamente assinado ou depósito em conta-corrente); e
- 11.9.9.** GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) referente à Matrícula junto ao INSS (CNO) dos serviços em epígrafe.

11.10. Após a conferência da documentação, no prazo de 5 dias úteis, o Fiscal encaminhará o processo à gestora do Contrato.

ATESTADO DO GESTOR

11.11. Após a realização do atestado provisório do fiscal, não havendo pendência para pagamento apontada no atestado, o gestor deste Contrato emitirá o recebimento definitivo dos

serviços e encaminhará o processo para pagamento.

11.11.1. Constatada irregularidade em alguma nota fiscal esta será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

11.11.2. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.12. No recebimento e aceitação do objeto, serão consideradas, no que couber, as disposições contidas no artigo 140 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Em hipótese alguma é permitida a antecipação de pagamento por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

11.14. A Secretaria da Fazenda terá prazo de até 20 (vinte) dias úteis para realizar o pagamento, após a autorização dada pelo Gestor e encaminhamento da mesma à Secretaria da Fazenda.

11.15. Quando do pagamento da nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, conforme legislação vigente à data do pagamento.

11.15.1. Independentemente do percentual de tributo destacado no documento fiscal, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

11.17. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

11.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, a favor da CONTRATADA, às multas que porventura lhe tenham sido aplicadas, após regular processo administrativo e desde que a CONTRATADA não efetue o pagamento voluntário no prazo ajustado. Caso não existam créditos, o valor correspondente à multa será cobrado por meio do Documento de Arrecadação de Receita Municipal - DARM.

11.18.1. A CONTRATADA poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.

11.19. O não pagamento da multa implica inscrição da CONTRATADA na Dívida Ativa do Município.

11.20. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

11.21. A CONTRATADA é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.

Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

11.21.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

11.21.2. Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

11.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot \frac{(6 / 100)}{365} \cdot 00016438$$

Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Os recebimentos provisório e definitivo serão realizados conforme previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Concluída toda a execução física do objeto, o Fiscal do contrato realizará o recebimento provisório.

12.3. A fiscalização do contrato deverá recusar o recebimento provisório, enquanto houver pendências ou serviços inacabados.

12.4. O recebimento definitivo será efetuado pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, que será de até **30 dias** contados a partir do recebimento provisório.

12.4.1. A CONTRATADA deverá apresentar para fins do recebimento definitivo os seguintes documentos:

12.4.2. Comprovação da quitação dos salários dos trabalhadores alocados na obra até a conclusão dos serviços ou no caso de rescisão do contrato de trabalho, comprovação do recolhimento das verbas rescisórias.

12.4.3. Comprovação do recolhimento de INSS e FGTS referente a folha de pagamento da última medição.

12.4.4. Certidão de baixa na ART ou RRT de execução.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade penal e civil da CONTRATADA pela solidez e segurança da obra, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites legais e contratuais estabelecidos.

12.6. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que executar, de acordo com o Projeto Básico, Contrato e demais documentos técnicos fornecidos ou apurados no decorrer da obra, assim como pelos que eventualmente executar em desacordo com esses documentos ou os danos decorrentes da realização de ditos trabalhos.

12.7. Durante 5 anos após o Recebimento Definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

12.8. A presença da Fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por seus subcontratados, na forma da legislação em vigor.

12.9. Caso a CONTRATADA se recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

12.10. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratados, bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a CONTRATADA que:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.1.1. pena: Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.2.1. pena: impedimento de licitar e contratar com o Município de Lajeado pelo período de 12 (doze) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.3.1. pena: impedimento de licitar e contratar com o Município de Lajeado pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.4. ensejar o retardamento da execução dos serviços sem motivo justificado;

13.1.4.1. pena: impedimento de licitar e contratar com o Município de Lajeado pelo período de 18 (dezoito) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.5. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.5.1. pena: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.6.1. pena: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.7.1. pena: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.8.1. pena: declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo período de 60 (sessenta) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2. Além das penalidades previstas acima, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei n. 14.133/2021, no que couber, bem como às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, nos seguintes casos:

13.2.1.1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana.

13.2.1.2. A qualquer tempo, se constatado que a CONTRATADA executou percentual entre 80% e 60% do previsto para o período da medição no cronograma físico-financeiro.

13.2.2. Multa, nos seguintes casos:

13.2.1.1. Atraso injustificado no início da execução dos serviços, multa moratória de 0,5% ao dia de atraso, até o limite de 15% sobre o valor do contrato.

13.2.1.2. Atraso injustificado na conclusão dos serviços, multa moratória de 0,33% ao dia de atraso, até o limite de 10%, aplicado sobre o montante inadimplido;

13.2.1.3. A cada medição realizada, no caso de atraso injustificado na execução do objeto, será realizada retenção preventiva de acordo com os índices abaixo, que incidirá sobre o saldo não executado, de acordo com o cronograma físico-financeiro apresentado pela

CONTRATADA e aprovado pelo CONTRATANTE:

13.2.1.3.1. Retenção de 2% sobre o saldo a medir, quando a CONTRATADA executar percentual igual ou inferior a 60% e superior a 40% do previsto para o período no cronograma físico-financeiro.

13.2.1.3.2. Retenção de 5% sobre o saldo a medir, quando a CONTRATADA executar percentual igual ou inferior a 40% do previsto para o período no cronograma físico-financeiro.

13.2.1.3.3. As retenções aplicadas em função do atraso no cronograma de execução serão reavidas pela CONTRATADA caso o cronograma seja restabelecido nas medições seguintes.

13.3. No caso de inexecução parcial, a multa aplicada será de 20% sobre o saldo não executado do contrato. Poderá ser configurada a inexecução total do objeto quando:

13.3.1. Houver baixo rendimento na obra, caracterizado pela execução de percentual inferior a 40% do previsto para o período no cronograma físico-financeiro por dois meses consecutivos.

13.3.2. Houver atraso injustificado na conclusão dos serviços por mais de 30 dias.

13.4. No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% sobre o valor do Contrato. Poderá ser configurada a inexecução total do objeto quando:

13.4.1. Houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 30 dias após o recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE.

13.5. Os percentuais de execução referidos nos itens anteriores serão apurados com base na fórmula abaixo:

$$PE = (VPCE/VPC) \times 100$$

PE = Percentual executado.

VPC = Valor a ser executado previsto no cronograma.

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma.

13.6. Além das multas previstas nos itens anteriores poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 2.500,00
2	R\$ 5.000,00

Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários, por empregado, por ocorrência.	1
Para os itens a seguir, deixar de:		

3	Apresentar a ART/RRT dos serviços após o prazo estabelecido no Termo de Referência; por dia de atraso.	1
4	Apresentar o Registro do Contrato junto ao CREA/RS ou CAU/BR após o prazo estabelecido no Termo de Referência; por dia de atraso.	1
5	Apresentar a Matrícula junto ao INSS (CNO) (caso necessário) após o prazo estabelecido no Termo de Referência; por dia de atraso.	1
6	Fornecer ou Preencher o Diário de Obras; por dia.	1
7	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;	2

13.7. Caso o somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual ultrapassar o percentual de 20% sobre o valor total do contrato, o CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

13.8. No caso da não entrega de documentos exigidos para o Recebimento Definitivo do Objeto, em até 90 dias após o recebimento provisório, será aplicada multa de 2% do valor total medido do contrato.

13.9. O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração no caso de inexecução parcial e inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

13.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.10.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. As penalidades de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.13. Caberá recurso no prazo de 15 dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 dias úteis, contado da data

da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

13.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.16. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de 05 dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente dos pagamentos devidos pela Administração, ou em não havendo créditos da CONTRATADA, será acionada a garantia prestada ou encaminhada para a inscrição na dívida ativa.

13.17. A contagem do prazo fluirá a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, sendo considerado do prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se seu vencimento ocorrer no sábado, domingo ou feriado, quando não houver expediente administrativo no Tribunal ou, ainda, quando o expediente for encerrado antes do horário normal de funcionamento.

13.18. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.19. Após a aplicação da penalidade, caso o descumprimento da obrigação persista, o CONTRATANTE poderá proceder a rescisão contratual.

13.20. No caso da penalidade prevista se mostrar desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, de forma excepcional e justificadamente, reduzi-la, observando os demais critérios previstos.

13.21. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.22. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.23. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE

14.1. Em caso de eventual necessidade, os preços dos materiais e serviços, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data base da planilha orçamentária ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-DI), mantido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, acumulado em 12 meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

*Pr é preço reajustado, ou preço novo. P é o preço atual (antes do reajuste).
V é a variação do INCC-DI no período.*

14.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

14.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. O reajuste não será aplicado sobre as etapas/parcelas do objeto cujo atraso decorra de culpa da CONTRATADA.

14.6. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

14.7. Ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o Contrato.

14.8. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016

14.9. A CONTRATADA poderá renunciar ao reajustamento de preço.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

16.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. A execução de qualquer tipo de serviço não previsto na planilha orçamentária ou de quantitativo superior ao previsto nesta será necessariamente precedida de formalização contratual, ou em situações de caráter excepcional, de autorização expressa e formalizada da Administração.

16.4. Na hipótese da necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

16.4.1. Para itens que já constem no Contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados.

16.4.2. Para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles do mês de referência do orçamento, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa no momento da licitação.

16.4.2.1. O desconto poderá ser reduzido para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos do SINAPI.

16.4.3. Para os itens novos não constantes do SINAPI, os custos deverão ser obtidos através da elaboração da composição analítica de preço unitário do serviço, utilizando preços de insumos extraídos do SINAPI e, quando não encontrados, obtidos conforme previsto no Art. 2º da Lei 14.133/2021, assegurando-se a aplicação do mesmo desconto global fornecido pela licitante sobre o orçamento estimativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

17.1. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos incisos III do artigo 106 e nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

17.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

17.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.6. A extinção deste Contrato ocorrerá sem prejuízo da exigibilidade de débito anterior da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e de condições estabelecidas neste instrumento, além das perdas e danos decorrentes.

17.7. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.8. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para este Contrato.

17.9. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

17.9.1. ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.9.2. poderá a Administração optar pela extinção deste Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

18.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a observar e cumprir todas as obrigações decorrentes de leis e normas aplicáveis, que versam sobre a preservação da privacidade e a proteção de dados pessoais, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD), ainda que não mencionadas expressamente neste instrumento contratual, responsabilizando-se, cada parte, pelo uso indevido que fizer de tais dados pessoais em desacordo com a legislação aplicável e com as disposições do contrato.

18.2. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços previstos neste instrumento e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para finalidades diversas.

18.3. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a respeitar as normas previstas na Lei n. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e concordam que a execução do Contrato, no que diz respeito aos dados pessoais, deverá ser guiada pelos princípios: (i) da finalidade; (ii) da adequação, (iii) da necessidade; (iv) do livre acesso; (v) da transparência, (vi) da qualidade dos dados; (vii) da segurança; (viii) da prevenção; (ix) da não discriminação; e (x) da responsabilização e prestação de contas, conforme definido na LGPD, respondendo a parte que violar dispositivo legal por todos os prejuízos que causar para outra parte, bem como para terceiros.

18.4. Quaisquer incidentes de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito que possa vir a impactar ou afetar o CONTRATANTE ou a CONTRATADA, deverão ser comunicados, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo das providências elencadas no art. 48 da Lei. n. 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.gov.br/pncp/pt-br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no portal da Prefeitura Municipal de Lajeado (www.lajeado.rs.gov.br).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lajeado/RS, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, inclusive os casos omissos, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, as partes assinam o presente Contrato.

Lajeado, de de 202....

Marcelo Caumo
MUNICÍPIO

CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3LQR.0ARJ.M2X5.VUP2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília)

✓ NATANAEL ZANATTA (CPF 000.970.270-90) em 28/05/2024 15:53

✓ MARCELO CAUMO (CPF 928.169.670-34) em 29/05/2024 09:39

Para conferir a autenticidade desse documento acesse o

<https://grp.lajeado.rs.gov.br/erp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e